

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO: CORUMBA

Relatório Anual de Gestão 2019

ROGERIO DOS SANTOS LEITE
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	MS
Município	CORUMBÁ
Região de Saúde	Corumbá
Área	64.960,86 Km ²
População	111.435 Hab
Densidade Populacional	2 Hab/Km ²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 04/12/2020

1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CORUMBA
Número CNES	6410812
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	03330461000110
Endereço	RUA GABRIEL VANDONI DE BARROS 01
Email	norma.lucy@corumba.ms.gov.br
Telefone	67-3234-3505

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 04/12/2020

1.3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	MARCELO AGUILAR IUNES
Secretário(a) de Saúde em Exercício	ROGERIO DOS SANTOS LEITE
E-mail secretário(a)	rogerio.leite@corumba.ms.gov.br
Telefone secretário(a)	6732343482

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 04/12/2020

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	07/1992
CNPJ	05.443.851/0001-22
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	Rogério dos Santos Leite

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 04/12/2020

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2018-2021
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 17/05/2022

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Corumbá

Município	Área (Km ²)	População (Hab)	Densidade
CORUMBÁ	64960.863	111435	1,72
LADÁRIO	342.509	23331	68,12

1.7. Conselho de Saúde

Instrumento Legal de Criação	LEI	
Endereço	Rua Manoel Cavassa 148 centro	
E-mail	leiavilvalva@hotmail.com	
Telefone	6791309200	
Nome do Presidente	Léia Vilalva de Moraes	
Número de conselheiros por segmento	Usuários	9
	Governo	4
	Trabalhadores	4
	Prestadores	0

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Ano de referência: 201906

1.8. Casa Legislativa

1º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

30/05/2019

2º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

25/09/2019

3º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

27/02/2020

• Considerações

O município de Corumbá conta com uma população de 110.86 habitantes distribuídos sobre a área de 64.960,86 km².

A Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá está registrada no sob nº 6410812 no CNES.

Não possui CNPJ próprio, estando vinculado ao Município de Corumbá, cujo CNPJ está registrado sob o nº 03.330.461/0001-10.

Marcelo Aguilar Lunes é o atual Prefeito, enquanto o cargo de Secretário Municipal de Saúde é ocupado por Rogério dos Santos Leite, que também é Gestor do Fundo Municipal de Saúde, registrado sob o CNPJ 05.443.851/0001-22.

O Plano Municipal de Saúde vigente está aprovado para o período quadrienal de 2018 a 2021.

Este município, assim como Ladário, encontra-se inserido na Região de Saúde de Corumbá.

O Conselho Municipal de Saúde encontra-se ativo, tendo Leia Vilalva de Moraes como Presidente da Mesa Diretora.

Datas de Apresentação ao Conselho Municipal de Saúde:

1ºRDQA: 28/05/2019 / 2º RDQA: 24/09/2019 / 3º RDQA: 19/02/2020

Datas de Apresentação na Câmara de Vereadores:

1ºRDQA: 30/05/2019 / 2º RDQA: 25/09/2019 / 3º RDQA: 25/09/2019

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) em 2019, acompanhou o que foi preconizado no período anterior, dando continuidade ao estabelecido em 2018.

Atualmente, conta com 6 Gerências, sendo cada uma delas composta por coordenações afins, que executam ações decorrentes dos diversos setores do SUS, na seguinte forma:

- Gerência de Atenção em Saúde (GAS): Responsável pelas atividades ligadas a assistência em saúde nos diversos níveis de atenção, quais sejam, básica, média e alta complexidade;
- Gerência de Vigilância em Saúde (GVS): Responsável pela prevenção e controle de doenças transmissíveis, verificação de fatores de risco para desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, saúde ambiental e do trabalhador, que permitem a análise da situação de saúde;
- Superintendência de Regulação em Saúde (SRS): A Gerência de Regulação em Saúde foi elevada à condição de Superintendência em 2019, devido à sua importância para a Rede de Saúde do Município. Esta é responsável por regular o acesso à saúde nas áreas hospitalar e ambulatorial, monitorando a disponibilidade de vagas em atendimento especializado, a fim de prover e agilizar a oferta de consultas, exames, internações, procedimentos complexos, transferências e tratamentos fora do domicílio;
- Gerência de Saúde Bucal (GSB): Responsável por gerenciar os serviços em saúde bucal, ofertados tanto pela atenção básica, quanto pela atenção especializada;
- Gerência Administrativa Financeira (GAF): Responsável por gerenciar, planejar, coordenar e controlar a execução financeira da saúde, incluindo a contabilidade de recursos recebidos e executados e a gestão de contratos com prestadores de serviços e fornecedores de material de consumo;
- Gerência de Gestão e Operação em Saúde (GGOS): Responsável pelos processos gerenciais e operacionais internos e vinculados às demais gerências, tais como gestão de recursos humanos, orçamento/planejamento, compras, contratos/convênios, serviços de informação/informatização, ouvidoria, educação permanente, controle de patrimônio, almoxarifado, frotas e manutenção, além do monitoramento das ações em saúde.

A SMS possui seu próprio setor de Assessoria Técnica Jurídica (ASSEJUR), o qual é responsável por gerir e promover o atendimento das demandas judiciais, que tenham por objeto impor a aquisição de medicamentos, insumos, material médico-hospitalar e a contratação de serviços destinados aos usuários do SUS.

A SMS conta ainda com 2 Órgãos de Controle, sendo eles:

- Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SMA): Responsável por assegurar a qualidade dos serviços ofertados pela saúde, é o órgão de controle interno que, por meio de avaliações regulares de desempenho, fiscaliza e promove o aprimoramento dos procedimentos técnicos, administrativos e éticos dos profissionais da saúde;
- Conselho Municipal de Saúde (CMS): Responsável pelo controle social, é composto por membros representantes dos seguimentos gestor, trabalhador, prestador e usuário, os quais têm dentre suas atribuições, os deveres de participarem da formulação das metas para a área da saúde, de monitorarem a execução das ações promovidas pela SMS e de acompanharem as verbas que são encaminhadas pelo SUS, e por repasses estaduais e federais.

Os Conselheiros têm se mostrado bastante atuantes, tendo participado também da atualização / adequação dos instrumentos de planejamento (PMS e PAS), em razão do DigiSUS do Plano Municipal de Saúde de Corumbá 2018-2021 (PMS 2018-2021), evidenciando sua fundamental importância para Gestão, inclusive quando da realização da 8ª Conferência Municipal de Saúde, e Pré-Conferências realizadas em 2019.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

A disponibilização dos dados do SINASC, SIM e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DAENT/SVSA e DRAC/SAES

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2019

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	4984	4758	9742
5 a 9 anos	4690	4462	9152
10 a 14 anos	4410	4195	8605
15 a 19 anos	4671	4403	9074
20 a 29 anos	9755	9182	18937
30 a 39 anos	8900	8423	17323
40 a 49 anos	7388	7083	14471
50 a 59 anos	5846	5612	11458
60 a 69 anos	3482	3672	7154
70 a 79 anos	1686	2141	3827
80 anos e mais	702	990	1692
Total	56514	54921	111435

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)

Data da consulta: 15/12/2020.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2015	2016	2017	2018
Corumbá	1979	1855	1888	1820

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)

Data da consulta: 15/12/2020.

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2015	2016	2017	2018	2019
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	596	463	457	485	465
II. Neoplasias (tumores)	307	358	422	462	414
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	55	53	33	64	61
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	224	185	184	241	166
V. Transtornos mentais e comportamentais	122	89	87	104	96
VI. Doenças do sistema nervoso	143	90	96	127	112
VII. Doenças do olho e anexos	26	30	61	56	222
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	6	12	10	4	10
IX. Doenças do aparelho circulatório	688	590	590	638	575
X. Doenças do aparelho respiratório	755	1046	1006	900	919
XI. Doenças do aparelho digestivo	761	643	668	635	674
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	69	81	86	120	86
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	45	85	53	48	71
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	419	452	515	565	517
XV. Gravidez parto e puerpério	1971	1870	2009	1982	2048
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	178	136	152	106	159
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	43	34	27	21	49

XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	52	20	34	46	45
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	830	759	950	938	906
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	53	15	35	40	28
CID 10 ^a Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	7343	7011	7475	7582	7623

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 15/12/2020.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2015	2016	2017	2018
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	36	29	37	30
II. Neoplasias (tumores)	88	86	127	114
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	2	1	2	4
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	52	62	45	64
V. Transtornos mentais e comportamentais	8	14	7	4
VI. Doenças do sistema nervoso	8	11	12	15
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	195	199	199	197
X. Doenças do aparelho respiratório	83	97	98	78
XI. Doenças do aparelho digestivo	39	36	36	29
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	3	9	3	5
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	4	3	4	3
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	21	20	22	24
XV. Gravidez parto e puerpério	4	3	-	4
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	26	25	26	19
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	11	10	9	5
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	30	19	28	25
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	61	65	67	84
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-
XXII.Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-
Total	671	689	722	704

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 15/12/2020.

• Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Segundo os últimos dados demográficos, o Município de Corumbá apresentou em 2019 uma população estimada de 111.435 habitantes. Essa estimativa representa um leve aumento no número total de residentes em relação ao ano anterior, que novamente coloca Corumbá na 4ª posição entre os municípios mais populosos no Estado de Mato Grosso do Sul.

Os dados referentes a sexo faixa etária, sugerem que existe uma diferença mínima entre os quantitativos de indivíduos do sexo feminino e masculino, ocupando uma proporção similar. É possível visualizar também que as faixas etárias de maior predominância se situam entre os 20 e 49 anos, sendo possível visualizar na pirâmide que Corumbá conta com uma população em sua maioria jovem, havendo uma menor quantidade de indivíduos acima dos 50 anos.

Houve uma redução, no número de nascidos vivos, de 1.820 para 1.772, em relação ao ano anterior o que representa um melhor controle da natalidade, uma vez q também houve uma redução de nos óbitos infantis (menores de 1 ano) registrados em 2019.

O quantitativo de óbitos por doenças do aparelho circulatório (193), são as que possuem maior predominância. Em seguida, tivemos as neoplasias (104), as doenças do aparelho respiratório (101), neoplasias e doenças endócrinas nutricionais e metabólicas (71).

Acompanhando o aumento demográfico (629 habitantes a mais), anteriormente houve 704 óbitos ao passo que em 2019 ocorreram 717. Os casos óbitos por DCNT foram de 453 para 469 em relação ao ano anterior. Óbitos infantis diminuíram de 28 para 22. Óbitos maternos diminuíram o número de 3 para apenas um caso no ano, enquanto óbitos de mulheres em idade fértil foram de 41 para 45.

Pode-se observar, que assim como no período anterior, a gravidez, parto e puerpério foram a maior causa de morbidade hospitalar, registrando um total de 2048. As internações por lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas, também apresentaram um alto número de internações, porém diminuíram de 938 para 906. Somando as internações referentes a neoplasias, doenças endócrinas e dos aparelhos circulatório e respiratório, foi registrada uma mudança de 2241 para 2074, redução esta que demonstra uma menor necessidade de procura pela atenção especializada a saúde nesses casos.

No total, houve um aumento total de 7582 para 7683 de internações em relação ao período anterior. Quanto aos casos que houve altas no quantitativo de internações, embora não tenham sido registrados grandes aumentos, servirão para nortear as ações promovidas pela SMS no exercício atual.

Considerando, os casos em que foram registrados uma diminuição nesses números, fica demonstrado que as ações tomadas durante o ano foram determinantes para que houvesse uma maior resolutividade na própria atenção básica.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

A disponibilização dos dados do SIS AB, SIA e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DESF/SAPS e DRAC/SAES

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	244.681
Atendimento Individual	100.823
Procedimento	133.724
Atendimento Odontológico	21.529

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	9	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	22555	149176,57	-	-
03 Procedimentos clínicos	304526	1352504,93	5159	3053063,70
04 Procedimentos cirúrgicos	365	2054,20	2258	1826981,40
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	65	11797,50	-	-
Total	327520	1515533,20	7417	4880045,10

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 08/08/2022.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Qtd. aprovada	Valor aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	25918	151,92
Sistema de Informações Hospitalares		
Forma de Organização	AIH Pagas	Valor total
030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	108	7754,76

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 08/08/2022.

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	361623	1196,10	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	394818	1776860,69	1	154,36
03 Procedimentos clínicos	832985	7028278,24	5186	3062422,13
04 Procedimentos cirúrgicos	13076	96667,02	2967	2423855,17
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	1849	212925,60	-	-

08 Ações complementares da atenção à saúde	79195	403302,90	-	-
Total	1683546	9519230,55	8154	5486431,66

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 08/08/2022.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	3165	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	2446	-
Total	5611	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 08/08/2022.

- Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

A produção da Atenção Básica, segundo o Sistema de Informações Ambulatoriais em 2019, alcançou um total 777.622 de ações / procedimentos em saúde, superando total do ano de 2018 que chegou a apenas 530.395.

A produção de Urgência e Emergência em 2019, segundo o Sistema de Informações Ambulatoriais, alcançou um total 327.520 de ações / procedimentos em saúde, número bem superior aos 158.254 do ano anterior, enquanto segundo o Sistema de Informações Hospitalares neste ano, realizou um total de 7.417 internações, um pouco abaixo do ano de 2018 em que chegou a 7.576.

A produção de Atenção Psicossocial, segundo o Sistema de Informações Ambulatoriais em 2019, realizou um total 25.918 de ações de atendimento/acompanhamento superando em muito os 16.674 do ano anterior, enquanto segundo o Sistema de Informações Hospitalares neste ano, realizou um total de 108 internações para tratamento, um pouco acima dos 104 do ano de 2018.

A produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar em 2019, segundo o Sistema de Informações Ambulatoriais, alcançou um total 902.758 de ações / procedimentos em saúde acima dos 781.608 do ano anterior, enquanto segundo o Sistema de Informações Hospitalares neste ano, realizou um total de 8.154 internações, número um pouco abaixo dos 8.274 do ano de 2018.

A produção da Vigilância em Saúde, segundo o Sistema de Informações Ambulatoriais em 2019, alcançou um total 5.611 de ações / procedimentos em saúde, número bem superior aos 2.088 do ano anterior.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 12/2019

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	0	3	3
FARMACIA	0	0	2	2
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	22	22
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	0	3	3
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	0	0	1	1
HOSPITAL GERAL	0	0	1	1
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	5	5
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	0	1	0	1
PRONTO SOCORRO GERAL	0	0	1	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	0	6	6
POLO ACADEMIA DA SAUDE	0	0	2	2
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	0	0	1	1
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	1	1
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	0	1	1
POLICLINICA	0	0	5	5
PRONTO ATENDIMENTO	0	0	1	1
Total	0	1	56	57

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 04/12/2020.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2019

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRACAO PUBLICA				
MUNICIPIO	46	0	0	46
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	0	1	0	1
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
EMPRESARIO (INDIVIDUAL)	3	0	0	3
SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	2	0	0	2
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	2	0	0	2
SOCIEDADE SIMPLES PURA	1	0	0	1
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				
ASSOCIACAO PRIVADA	2	0	0	2
PESSOAS FISICAS				
Total	56	1	0	57

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 04/12/2020.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

Existem ao todo 57 estabelecimentos atendendo ao SUS, sendo que 46 destes são da Administração Pública Municipal, 1 da Estadual e os demais são entidades empresariais / entidades sem fins lucrativos.

Grande parte da rede pública é composta por centros de saúde / unidades básicas, num total de 22 prédios físicos desse tipo, em sua maioria voltados para o atendimento em atenção básica.

Quanto ao atendimento de média / alta complexidade e outros, destacamos 1 central de regulação, 1 hospital geral e 1 pronto socorro geral, 5 policlínicas, 3 unidades de atendimento móvel de urgência e emergência, 3 centros de atenção psicossocial e 2 academias da saúde.

A SMS não se encontra vinculada a nenhum consórcio público.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 01/2019

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	65	43	160	301	187
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	1	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	1	1	1	16	0
	Autônomos (0209, 0210)	79	1	80	3	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0
Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	61	9	17	123	6
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	5	3	5	13	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 14/06/2024.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2015	2016	2017	2018	
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	5	58	111	122	
	Celetistas (0105)	89	159	156	180	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Celetistas (0105)	7	0	0	0	
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	9.130	10.137	10.982	11.396	
Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2015	2016	2017	2018	
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	38	96	96	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	351	1.197	1.957	2.450	

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 14/06/2024.

• Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Considerando a última competência do ano (período 12/2019), existem 756 estatutários / empregados públicos, 19 celetistas, além de 216 que estão sob contratos temporários e cargos em comissão, todos distribuídos em estabelecimentos da administração pública.

Contudo, segundo as informações complementares da Coordenação de RH da SMS, existem de fato 904 estatutários, 6 efetivos com vínculo pelo INSS, 42 comissionados e 181 sob regime de contrato temporário, totalizando 1.133 servidores trabalhando na rede SUS de Corumbá.

Observando esse quantitativo, temos um quadro composto por 79,79% de profissionais estatutários (vinculados ao quadro permanente por meio de concurso públicos), 15,98% de contratados por prazo determinado e 3,71% de comissionados.

Ao final do período, a rede pública de saúde, em Corumbá, encontrava-se assim composta: 2 Administradores; 196 Agentes Comunitários de Saúde; 28 Agentes de Atividades de Saúde I; 1 Agente de Atividades de Saúde II; 1 Agente de Atividades de Saúde III; 2 Agentes de Fiscalização Sanitária; 3 Agentes de Serviços Administrativos; 1 Agente de Serviços Administrativos I; 9 Agentes de Serviços de Saúde II; 11 Agentes de Serviços de Saúde III; 151 Agentes de Vigilância em Saúde; 4 Analista de Gestão Governamental; 1 Analista de Planos e Projetos; 1 Analista Jurídico; 1 Arquiteto; 3 Assessores Executivos; 2 Assessores Executivos I; 1 Assessor Executivo II; 6 Assessores Governamentais I; 11 Assessores Governamentais II; 21 Assessores Governamentais III; 14 Assistentes Sociais; 9 Auditores de Serviços de Saúde; 40 Auxiliares de Consultório Dentário; 29 Auxiliares de Enfermagem; 5 Auxiliares de Farmácia; 2 Auxiliares de Serviços Básicos; 1 Auxiliar de Serviços Operacionais; 2 Biólogos; 1 Biomédico; 7 Bioquímicos; 2 Chefes de Núcleo; 40 Cirurgiões Dentistas; 4 Coordenadores; 1 Cuidador de Saúde Mental; 57 Enfermeiros; 1 Engenheiro; 1 Engenheiro Ambiental; 7 Farmacêuticos; 7 Farmacêuticos Bioquímicos; 4 Fiscais de Vigilância Sanitária; 13 Fisioterapeutas; 5 Fonoaudiólogos; 6 Gerentes; 14 Médicos Clínicos; 7 Médicos do PSF; 51 Médicos Especialistas; 23 Médicos Plantonistas; 4 Motoristas da Saúde; 9 Motoristas de veículo leve; 13 Motoristas de veículo pesado; 6 Nutricionistas; 17 Odontólogos; 4 Professores; 3 Professores de Educação Física; 23 Psicólogos; 1 Psicopedagogo; 2 Recepcionistas; 1 Secretário de Saúde; 1 Subsecretário de Saúde; 16 Supervisores de Serviços I; 22 Supervisores de Serviços II; 9 Supervisores de Serviços III; 1 Técnico de Atividades Institucionais; 5 Técnicos de Atividades Organizacionais I; 9 Técnicos de Atividades Organizacionais II; 97 Técnicos de Enfermagem; 1 Técnico de Higiene Bucal; 10 Técnicos de Laboratório; 19 Técnicos de Radiologia; 47 Técnicos de Serviços de Saúde I; 4 Terapeutas Ocupacionais.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Efetivar e Ampliar a Atenção Básica.

OBJETIVO Nº 1.1 - Fortalecer, implementar e ampliar a Atenção Básica no município de Corumbá.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica para 90,00% até 2021.	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	2016	88,61	90,00	89,31	Percentual	84,20	94,28

Ação Nº 1 - Manter as equipes de saúde da família completas.

Ação Nº 2 - Ampliar as equipes de saúde das famílias nas áreas descobertas.

Ação Nº 3 - Manutenção corretiva e preventiva dos veículos das ESF.

Ação Nº 4 - Aquisição de novos veículos para o atendimento a ESF Rural.

Ação Nº 5 - Renovar / manter contratos para o exercício de 2019 pelo período de 12 meses.

OBJETIVO Nº 1.2 - Ampliar o acesso à Atenção Básica.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Redução das internações por causas sensíveis a Atenção Básica em até 15,00% até 2021.	Internações por causas sensíveis a Atenção Básica.	Percentual	2016	31,72	26,96	29,34	Proporção	28,33	96,56

Ação Nº 3 - Readequar o processo de trabalho da atenção primária à saúde de acordo com o Programa de melhoria de Acesso a Qualidade da atenção básica (PMAQ).

Ação Nº 2 - Manutenção de 01 unidade móvel e implantação de unidade móvel odontológica.

Ação Nº 4 - Melhorar a estrutura e equipamentos das unidades de saúde.

Ação Nº 5 - Melhorar o registro dos dados em toda rede de saúde.

Ação Nº 1 - Monitorar e implementar as linhas de cuidados com enfoque nas doenças crônicas, rede cegonha, materno infantil, pessoas com deficiências e em situação de violência e acidentes e saúde mental.

2. Ampliar para 70,00% acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.	Percentual de cobertura de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família na Saúde.	Percentual	2016	51,69	70,00	60,85	Percentual	67,16	110,37
--	---	------------	------	-------	-------	-------	------------	-------	--------

Ação Nº 1 - Realizar ações integradas com a Secretaria de Educação e Assistência Social, com uso de um sistema integrado.

Ação Nº 2 - Manter monitoramento da situação alimentar e nutricional dos beneficiários do PLC.

Ação Nº 3 - Promoção da Educação Permanente, com vistas à qualificação dos profissionais e das práticas em saúde.

OBJETIVO Nº 1.3 - Possibilitar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços às áreas inclusivas no âmbito do SUS (população negra, indígena, pessoas privadas de liberdade, população em situação de rua, imigrantes, acampados, assentados e outros).

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar percentual de atendimentos aos portadores de doença falciforme.	Número de portadores de doença falciforme pelo total destes pacientes recebendo acompanhamento.	Percentual	2018	0,00	100,00	0,00	Percentual	0	0

Ação Nº 1 - Capacitar os profissionais da rede de atenção básica e especializada no protocolo de atendimento da doença falciforme.

Ação Nº 2 - Ampliar percentual de atendimentos aos portadores de doença falciforme.

2. Ampliar para 12,00% a cobertura de Atenção Básica à população de difícil acesso e privada de liberdade.	Número de equipes que realizam atendimento a este público (eSF + eSF equivalentes) x 3000, dividido pela população residente.	Percentual	2016	5,49	12,00	8,75	Percentual	5,49	62,74
Ação Nº 1 - Elaborar novas estratégias para atendimento do sistema prisionais até 2021.									
Ação Nº 2 - Implantar a casa de apoio dos moradores às regiões de difícil acesso, em articulação com as demais secretarias até 2021.									
Ação Nº 3 - Adequar o processo de trabalho da atenção primária a saúde de forma a garantir o atendimento às populações de difícil acesso e privada de liberdade.									
Ação Nº 4 - Implantar uma equipe de saúde na região rural/ribeirinha.									
3. Aumentar o percentual em 5,00% de procedimentos restauradores e cirúrgicos em relação total de procedimentos em saúde bucal na população ribeirinha, de rua, prisional e acamado.	Número de procedimentos restauradores e cirúrgicos dividido pelo total de procedimentos em saúde bucal.	Percentual	2016	40,00	45,00	42,50	Percentual	41,35	97,29
Ação Nº 1 - Renovar / manter contratos para o exercício de 2019 pelo período de 12 meses.									

DIRETRIZ Nº 2 - Promoção da Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança.

OBJETIVO Nº 2.1 - Fortalecer e ampliar ações de prevenção detecção precoce e tratamento oportuno do câncer de mama e do colo do útero.									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Aumentar em 0,05 ao ano a razão de exames citopatológicos para mulheres maiores de 20 anos.	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres acima de 20 anos na população na mesma faixa etária.	Razão	2016	0,31	0,51	0,41	Razão	0,45	109,76
Ação Nº 1 - Ampliar a oferta de exames citopatológicos na rede de saúde e nas ações intersetoriais.									
2. Aumentar o percentual de seguimento / tratamento informado de mulheres com diagnóstico de lesões intraepiteliais de alto grau de colo de útero.	Número de seguimento de tratamento de mulheres com lesões intraepiteliais de auto grau no colo de útero em tratamento pelo total de coleta em exames citopatológicos.	Percentual	2016	1,72	2,20	1,96	Percentual	1,95	99,49
Ação Nº 1 - Articular ações para início precoce do tratamento das lesões intra-epiteliais de alto grau.									
3. Aumentar em 0,05 ao ano a razão de exames de mamografia para mulheres maiores de 45 anos.	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados nas mulheres acima de 45 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	2016	0,19	0,39	0,29	Razão	0,29	100,00
Ação Nº 1 - Manter a manutenção corretiva e preventiva do equipamento de mamografia.									

OBJETIVO Nº 2.2 - Organizar a Rede de Atenção Materno Infantil para garantir o acesso, acolhimento e resolutividade.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Reduzir a mortalidade materno, neonatal e infantil, tendo como referência o pactuado pelo Ministério da Saúde.	Taxa de mortalidade materna, neonatal e infantil.	Taxa	2016	19,54	14,54	17,04	Taxa	12,41	72,83
Ação Nº 1 - Capacitar os profissionais de saúde na rede materno infantil com enfoque ao pré-natal.									
Ação Nº 2 - Realizar testes de sífilis nas gestantes usuárias do SUS.									
Ação Nº 3 - Fortalecer o programa saúde na escola e SISVAN com enfoque a gravidez na adolescência e IST em 100% das escolas pactuadas.									

DIRETRIZ Nº 3 - Fortalecer a Rede de Saúde Mental.**OBJETIVO Nº 3.1 - Ampliar o acesso à Rede de Atenção Psicossocial.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Reduzir a taxa de morbidade hospitalar por transtornos mentais e comportamentais em 10,00% até 2021.	Número de internação por transtornos mentais e comportamentais em saúde mental.	Taxa	2016	1,37	1,23	1,30	Taxa	1,06	81,54
Ação Nº 1 - Fortalecer as ações da rede de saúde mental para reduzir morbidade hospitalar por transtornos mentais e comportamentais trimestralmente.									
Ação Nº 2 - Implementar o atendimento da Unidade de Acolhimento Transitório.									
Ação Nº 3 - Garantir o matriciamento da rede de saúde mental e estabelecimento de referência e contra-referência.									
Ação Nº 4 - Construir e equipar um CAPS ad III.									
Ação Nº 5 - Manter custeio adequado para o serviço psicossocial no hospital geral.									
Ação Nº 6 - Renovar / manter contratos para o exercício de 2019 pelo período de 12 meses.									

DIRETRIZ Nº 4 - Garantia da Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa e dos Portadores de Doenças Crônicas.**OBJETIVO Nº 4.1 - Melhorar as condições de saúde do idoso e portadores de doenças crônicas.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Reduzir 5,00% taxa de mortalidade prematura (abaixo dos 70 anos) pelo conjunto das 4 principais doenças crônicas não transmissíveis até 2021.	Taxa de mortalidade prematura das 4 principais doenças crônicas não transmissíveis.	Taxa	2016	355,22	337,46	346,34	Taxa	227,60	65,72
Ação Nº 1 - Monitorar 100% os dados referentes a óbitos prematuros na população de até 70 anos.									
Ação Nº 2 - Qualificar serviços de referência para população portadora de doenças crônicas.									
Ação Nº 3 - Sistematizar as ações de atenção aos portadores de doenças crônicas.									
Ação Nº 4 - Oferecer capacitação a 100% dos profissionais da atenção primária das 4 principais doenças crônicas.									

OBJETIVO Nº 4.2 - Fortalecer a Política Nacional de Saúde Integral do Homem.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar em 10,00% o atendimento ao público masculino até 2021.	Proporção de procedimentos de saúde em homens, na faixa etária dos 20 aos 59 anos, em relação ao total de procedimentos.	Percentual	2018	19,31	29,31	0,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - N/A (NÃO SE APLICA) - Meta não incluída/trabalhada no ano de 2019.									

DIRETRIZ Nº 5 - Fortalecer a Regulação do Acesso aos Serviços de Saúde.

OBJETIVO Nº 5.1 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da Política da Atenção Especializada.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Regular 100,00% das consultas médicas especializadas, leitos de internação e exames e diagnósticos para população do SUS.	Número de consultas médicas especializadas, leitos de internação e exames diagnósticos regulados dividido pelo número total da população.	Percentual	2016	40,00	100,00	65,00	Proporção	67,82	104,34

Ação Nº 1 - Implementar o sistema de regulação do SUS com 100% das especialidades de consultas e exames.

DIRETRIZ Nº 6 - Fortalecer a Promoção e Vigilância em Saúde.**OBJETIVO Nº 6.1 - Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio de ações de promoção e vigilância a saúde.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Aumentar a proporção de cura de casos novos em 10,00% de tuberculose pulmonar bacilífera e hanseníase até 2021.	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera e hanseníase.	Proporção	2016	77,00	87,00	82,00	Proporção	0	0
Ação Nº 1 - Implementar a aplicação do protocolo de assistência à tuberculose na atenção básica.									
Ação Nº 2 - Realizar o Tratamento Supervisionado em 100% dos pacientes bacilíferos.									
2. Aumentar a proporção de contatos de casos novos de tuberculose e hanseníase dos examinados em 10,00% até 2021.	Proporção de contatos avaliados dos casos novos de tuberculose e hanseníase.	Proporção	2016	43,72	53,72	48,72	Proporção	0	0
Ação Nº 1 - Monitorar e informar os indicadores relacionados à tuberculose e hanseníase quadrimestralmente.									
3. Ampliar a busca de sintomático respiratório em 1,00% da população geral e 2,00% da população indígena até 2021.	Número de baciloscopias realizadas dividido pelo número total de população x 1,00%.	Taxa	2016	0,12	1,12	0,62	Taxa	0,37	59,68
Ação Nº 1 - Oferecer capacitação a 100% dos profissionais da atenção primária.									
Ação Nº 2 - Adequar o processo de trabalho da atenção primária a saúde de forma a priorizar o tratamento de tuberculose e hanseníase.									
4. Realizar teste rápido de HIV em 90,00% dos casos novos de tuberculose até 2021.	Quantidade de testes rápidos de HIV realizados nos casos novos de tuberculose pelo número total de casos de novos de tuberculose.	Percentual	2016	50,00	90,00	70,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Capacitação/Sensibilização dos profissionais para ampliar a testagem para o HIV e AIDS e o diagnóstico precoce.									
Ação Nº 2 - Monitoramento mensal e avaliação dos sistemas de informação.									
Ação Nº 3 - Realização e incentivo às campanhas alusivas ao tema para mobilização e sensibilização da população e profissionais de saúde, salientando a importância da adesão ao TARV para atingir a carga viral indetectável, reduzindo a cadeia de transmissão.									
Ação Nº 4 - Renovar / manter contratos para o exercício de 2019 pelo período de 12 meses.									
5. Manter em 80,00% o número de pacientes em tratamento que foram diagnosticados com IST/HIV/AIDS/HV.	Número de pacientes diagnosticados com IST/HIV/AIDS/HV em tratamento, pelo total de diagnósticos realizados no período.	Percentual	2018	80,00	80,00	0,00	Percentual	0	0

Ação Nº 1 - N/A (NÃO SE APLICA) - Meta não incluída/trabalhada no ano de 2019.

6. Aumentar em 15,00% a capacidade produtiva do Laboratório Central para a realização de procedimentos de coleta / exames de materiais biológicos.	Número de procedimentos realizados no LACEN pela taxa de 100.000 habitantes por mês x 100.	Taxa	2018	21,82	25,10	0,00	Taxa	0	0
--	--	------	------	-------	-------	------	------	---	---

Ação Nº 1 - N/A (NÃO SE APLICA) - Meta não incluída/trabalhada no ano de 2019.

OBJETIVO Nº 6.2 - Fortalecer as ações de Vigilância em Saúde com ênfase nas arboviroses e zoonoses.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter em 80,00% a cobertura das ações em domicílios por ciclo de dengue.	Ações realizadas nos domicílios em 4 ciclos do ano.	Percentual	2016	80,00	80,00	80,00	Percentual	75,07	93,84

Ação Nº 1 - Monitorar os resultados alcançados por meio de instrumento de gestão a cada quadrimestre.

Ação Nº 2 - Renovar / manter contratos para o exercício de 2019 pelo período de 12 meses.

OBJETIVO Nº 6.3 - Fortalecer as ações de Saúde Ambiental para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais e ações de promoção à Saúde do Trabalhador.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter as ações de Vigilância Ambiental em até 80,00% através das ações de coleta de amostras de água para exames de coliformes totais, cloro residual e turbidez até 2021.	Proporção de análises de coleta das amostras de água para exames de coliformes totais, cloro residual e turbidez.	Percentual	2016	80,00	80,00	80,00	Taxa	144,33	180,41

Ação Nº 1 - Monitorar os resultados alcançados por meio de instrumento de gestão a cada quadrimestre.

Ação Nº 2 - Capacitar e avaliar a aplicação dos protocolos e programas relacionados ao controle da dengue, zika vírus, chikungunya, leishmaniose e raiva.

Ação Nº 3 - Oferecer capacitação 100% dos profissionais da atenção básica no manejo clínico das arboviroses e zoonoses.

Ação Nº 4 - Manter os profissionais, suprimentos e EPI para o trabalho de campo em 100% das áreas.

2. Realizar 02 cadastros anuais e 05 atualizações de empresas que realizam atividades que produzem resíduos contaminantes.	Número de empresas cadastradas ao ano x 1 somado ao número de atualizações de cadastros durante o ano x 0,5.	Taxa	2018	0,00	4,50	0,00	Taxa	0	0
--	--	------	------	------	------	------	------	---	---

Ação Nº 1 - Manter insumos para realização das ações de rotina.

Ação Nº 2 - Realizar ações de educação ambiental junto a população de difícil acesso e áreas rurais.

Ação Nº 3 - Estabelecer parcerias com outras instituições envolvidas tais como meio ambiente, instituições de pesquisa, privadas, dentre outras.

Ação Nº 4 - Implantação de Comitês intersetoriais.

3. Reduzir em 3,00% ao ano o número de acidentes graves relacionados ao trabalho até 2021.	Número de acidentes graves relacionados ao trabalho registrados.	Número	2018	171	150	163	Número	95,00	58,28
--	--	--------	------	-----	-----	-----	--------	-------	-------

Ação Nº 1 - Reformar, ampliar a estrutura física do CEREST de Corumbá.

Ação Nº 2 - Qualificar os profissionais 100% das unidades sentinelas em saúde do trabalhador.

Ação Nº 3 - Monitorar as notificações em 100% das doenças ocupacionais e agravos relacionados ao trabalho e acidentes graves e fatais.

Ação Nº 4 - Renovar / manter contratos para o exercício de 2019 pelo período de 12 meses.

4. Reduzir em 3,00% ao ano o número de doenças e agravos não transmissíveis, com foco nos casos de acidentes e violências.	Número de casos relacionados a acidentes e violências registrados no SINAN.	Número	2018	1.806	1.644	1.752	Número	0	0
Ação Nº 1 - N/A (NÃO SE APLICA) - Meta não incluída/trabalhada no ano de 2019.									
5. Manter 100,00% da equipe mínima do grupo pactuado em Vigilância Sanitária.	Número de profissionais cadastrados no sistema pelo número de profissionais de equipe mínima da Portaria.	Percentual	2016	100,00	100,00	100,00	Percentual	55,00	55,00
Ação Nº 1 - Manter e qualificar as equipes de vigilância sanitária para ampliar o atendimento.									
6. Aumentar para 70,00% a cobertura de vacinal no Calendário Básico de Vacinação.	Proporção de vacinas no Calendário Básico de Vacinação com cobertura alcançada.	Percentual	2016	58,40	70,00	64,20	Percentual	75,59	117,74
Ação Nº 1 - Monitorar em 100% a cobertura vacinal do calendário básico nas regiões onde não há sala de vacina.									
Ação Nº 2 - Atualizar 100% os profissionais atuantes nas salas de vacinas semestralmente.									

DIRETRIZ Nº 7 - Qualificar e Fortalecer os Serviços da Assistência Farmacêutica no Município.

OBJETIVO Nº 7.1 - Manter e implementar o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter o registro de entrada e saída de insumos em 100,00% atualizados até 2021.	Total de insumos atualizados.	Percentual	2016	100,00	100,00	90,00	Percentual	100,00	111,11
Ação Nº 1 - Implementar e manter atualizado o sistema HORUS na rede Municipal.									
Ação Nº 2 - Reestruturar o almoxarifado Central com adequação e acessibilidade para rede de frios (incluindo alimentos aprendidos), equipamentos e insumos.									
Ação Nº 3 - Oferecer capacitação para 100% dos profissionais do Almoxarifado para dispensação e estoque da rede de saúde.									
Ação Nº 4 - Fornecer Medicamentos e Insumos à População.									

DIRETRIZ Nº 8 - Fortalecer o Controle Social para Garantir a Participação da População e Consolidar a Política de Humanização da Rede Municipal de Saúde.

OBJETIVO Nº 8.1 - Implantar a Educação Permanente como Política Municipal de Saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar a participação popular no Controle Social do SUS.	Percentual de implantação dos Conselhos Gestores nas Unidades Básicas de Saúde.	Percentual	2016	0,00	60,00	0,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Manter 100% do corpo de conselheiros municipais para o controle social e gestão participativa no SUS.									
Ação Nº 2 - Reativar a Mesa permanente de negociação do SUS até 2021.									
Ação Nº 3 - Implantar os conselhos gestores de saúde em até 60% as unidades de saúde do município, públicas ou privadas em parceria com CMS, SMS e Fóruns de controle social.									
2. Ampliar em 10,00% o acesso, utilização e participação do usuário.	Grau de satisfação do usuário nos questionários de avaliação dos serviços de saúde.	Percentual	2018	0,00	90,00	0,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - N/A (NÃO SE APLICA) - Meta não incluída/trabalhada no ano de 2019.									

DIRETRIZ Nº 9 - Fortalecer a Atenção Especializada.

OBJETIVO Nº 9.1 - Manter e ampliar a oferta de Atenção Especializada no Município.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Oferecer e ampliar os serviços de saúde na Atenção de Média e Alta Complexidade.	Percentual de ações executadas em relação ao total de ações planejadas.	Percentual	2018	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter a Rede de Contratadas Ambulatorial e Hospitalar.									
Ação Nº 2 - Oferecer atendimento especializado no Município.									
Ação Nº 3 - Oferecer atendimento especializado em Nefrologia.									
Ação Nº 4 - Fomentar a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.									
Ação Nº 5 - Contratação de empresa para transporte de pacientes em Tratamento Fora de Domicílio.									
Ação Nº 6 - Contratação de empresa para fornecimento de gás medicinal.									
Ação Nº 7 - Disponibilizar diárias aos motoristas para realizar transporte de pacientes para consultas e altas hospitalares em Campo Grande.									
Ação Nº 8 - Oferecer alimentação para a Rede de Urgência e Emergência.									
Ação Nº 9 - Renovar / manter contratos para o exercício de 2019 pelo período de 12 meses.									

DIRETRIZ Nº 10 - Modernizar a Gestão Municipal de Saúde.**OBJETIVO Nº 10.1 - Manter e modernizar a Gestão da Secretaria Municipal de Saúde.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2019	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter em 100,00% a capacidade produtiva da Secretaria Municipal de Saúde.	Percentual de ações executadas em relação ao total de ações planejadas.	Percentual	2018	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Aquisição de Materiais para procedimentos.									
Ação Nº 2 - Manter atualizado o Quadro dos Servidores da SMS.									
Ação Nº 3 - Manter o Programa "Mais Médicos" em Corumbá.									
Ação Nº 4 - Oferecer contrapartida para Plano de Saúde aos servidores que aderirem.									
Ação Nº 5 - Renovar / manter contratos para o exercício de 2019 pelo período de 12 meses.									

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados
122 - Administração Geral	Ampliar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica para 90,00% até 2021.	89,31	84,20
	Manter em 100,00% a capacidade produtiva da Secretaria Municipal de Saúde.	100,00	100,00
	Oferecer e ampliar os serviços de saúde na Atenção de Média e Alta Complexidade.	100,00	100,00
	Ampliar a participação popular no Controle Social do SUS.	0,00	0,00
	Manter o registro de entrada e saída de insumos em 100,00% atualizados até 2021.	90,00	100,00
	Manter as ações de Vigilância Ambiental em até 80,00% através das ações de coleta de amostras de água para exames de coliformes totais, cloro residual e turbidez até 2021.	80,00	144,33
	Manter em 80,00% a cobertura das ações em domicílios por ciclo de dengue.	80,00	75,07
	Aumentar a proporção de cura de casos novos em 10,00% de tuberculose pulmonar bacilífera e hanseníase até 2021.	82,00	0,00
	Regular 100,00% das consultas médicas especializadas, leitos de internação e exames e diagnósticos para população do SUS.	65,00	67,82
	Ampliar em 10,00% o atendimento ao público masculino até 2021.	0,00	0,00
	Reduzir 5,00% taxa de mortalidade prematura (abaixo dos 70 anos) pelo conjunto das 4 principais doenças crônicas não transmissíveis até 2021.	346,34	227,60

	Reduzir a taxa de morbidade hospitalar por transtornos mentais e comportamentais em 10,00% até 2021.	1,30	1,06
	Reduzir a mortalidade materno, neonatal e infantil, tendo como referência o pactuado pelo Ministério da Saúde.	17,04	12,41
	Aumentar em 0,05 ao ano a razão de exames citopatológicos para mulheres maiores de 20 anos.	0,41	0,45
	Ampliar percentual de atendimentos aos portadores de doença falciforme.	0,00	0,00
	Redução das internações por causas sensíveis a Atenção Básica em até 15,00% até 2021.	29,34	28,33
	Ampliar para 70,00% acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.	60,85	67,16
	Ampliar em 10,00% o acesso, utilização e participação do usuário.	0,00	0,00
	Realizar 02 cadastros anuais e 05 atualizações de empresas que realizam atividades que produzem resíduos contaminantes.	0,00	0,00
	Aumentar a proporção de contatos de casos novos de tuberculose e hanseníase dos examinados em 10,00% até 2021.	48,72	0,00
	Aumentar o percentual de seguimento / tratamento informado de mulheres com diagnóstico de lesões intraepiteliais de alto grau de colo de útero.	1,96	1,95
	Ampliar para 12,00% a cobertura de Atenção Básica à população de difícil acesso e privada de liberdade.	8,75	5,49
	Aumentar o percentual em 5,00% de procedimentos restauradores e cirúrgicos em relação total de procedimentos em saúde bucal na população ribeirinha, de rua, prisional e acamado.	42,50	41,35
	Reduzir em 3,00% ao ano o número de acidentes graves relacionados ao trabalho até 2021.	163	95
	Aumentar em 0,05 ao ano a razão de exames de mamografia para mulheres maiores de 45 anos.	0,29	0,29
	Ampliar a busca de sintomático respiratório em 1,00% da população geral e 2,00% da população indígena até 2021.	0,62	0,37
	Realizar teste rápido de HIV em 90,00% dos casos novos de tuberculose até 2021.	70,00	0,00
	Reduzir em 3,00% ao ano o número de doenças e agravos não transmissíveis, com foco nos casos de acidentes e violências.	1.752	0
	Manter em 80,00% o número de pacientes em tratamento que foram diagnosticados com IST/HIV/AIDS/HV.	0,00	0,00
	Manter 100,00% da equipe mínima do grupo pactuado em Vigilância Sanitária.	100,00	55,00
	Aumentar em 15,00% a capacidade produtiva do Laboratório Central para a realização de procedimentos de coleta / exames de materiais biológicos.	0,00	0,00
	Aumentar para 70,00% a cobertura de vacinal no Calendário Básico de Vacinação.	64,20	75,59
301 - Atenção Básica	Ampliar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica para 90,00% até 2021.	89,31	84,20
	Manter em 80,00% a cobertura das ações em domicílios por ciclo de dengue.	80,00	75,07
	Aumentar a proporção de cura de casos novos em 10,00% de tuberculose pulmonar bacilífera e hanseníase até 2021.	82,00	0,00
	Regular 100,00% das consultas médicas especializadas, leitos de internação e exames e diagnósticos para população do SUS.	65,00	67,82
	Ampliar em 10,00% o atendimento ao público masculino até 2021.	0,00	0,00
	Reduzir 5,00% taxa de mortalidade prematura (abaixo dos 70 anos) pelo conjunto das 4 principais doenças crônicas não transmissíveis até 2021.	346,34	227,60
	Reduzir a mortalidade materno, neonatal e infantil, tendo como referência o pactuado pelo Ministério da Saúde.	17,04	12,41
	Aumentar em 0,05 ao ano a razão de exames citopatológicos para mulheres maiores de 20 anos.	0,41	0,45
	Ampliar percentual de atendimentos aos portadores de doença falciforme.	0,00	0,00
	Redução das internações por causas sensíveis a Atenção Básica em até 15,00% até 2021.	29,34	28,33
	Ampliar para 70,00% acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.	60,85	67,16
	Ampliar em 10,00% o acesso, utilização e participação do usuário.	0,00	0,00

	Aumentar a proporção de contatos de casos novos de tuberculose e hanseníase dos examinados em 10,00% até 2021.	48,72	0,00
	Aumentar o percentual de seguimento / tratamento informado de mulheres com diagnóstico de lesões intraepiteliais de alto grau de colo de útero.	1,96	1,95
	Ampliar para 12,00% a cobertura de Atenção Básica à população de difícil acesso e privada de liberdade.	8,75	5,49
	Aumentar o percentual em 5,00% de procedimentos restauradores e cirúrgicos em relação total de procedimentos em saúde bucal na população ribeirinha, de rua, prisional e acamado.	42,50	41,35
	Aumentar em 0,05 ao ano a razão de exames de mamografia para mulheres maiores de 45 anos.	0,29	0,29
	Ampliar a busca de sintomático respiratório em 1,00% da população geral e 2,00% da população indígena até 2021.	0,62	0,37
	Realizar teste rápido de HIV em 90,00% dos casos novos de tuberculose até 2021.	70,00	0,00
	Reduzir em 3,00% ao ano o número de doenças e agravos não transmissíveis, com foco nos casos de acidentes e violências.	1.752	0
	Aumentar em 15,00% a capacidade produtiva do Laboratório Central para a realização de procedimentos de coleta / exames de materiais biológicos.	0,00	0,00
	Aumentar para 70,00% a cobertura de vacinal no Calendário Básico de Vacinação.	64,20	75,59
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Redução das internações por causas sensíveis a Atenção Básica em até 15,00% até 2021.	29,34	28,33
	Oferecer e ampliar os serviços de saúde na Atenção de Média e Alta Complexidade.	100,00	100,00
	Aumentar a proporção de cura de casos novos em 10,00% de tuberculose pulmonar bacilífera e hanseníase até 2021.	82,00	0,00
	Regular 100,00% das consultas médicas especializadas, leitos de internação e exames e diagnósticos para população do SUS.	65,00	67,82
	Ampliar em 10,00% o atendimento ao público masculino até 2021.	0,00	0,00
	Reduzir 5,00% taxa de mortalidade prematura (abaixo dos 70 anos) pelo conjunto das 4 principais doenças crônicas não transmissíveis até 2021.	346,34	227,60
	Reduzir a taxa de morbidade hospitalar por transtornos mentais e comportamentais em 10,00% até 2021.	1,30	1,06
	Reduzir a mortalidade materno, neonatal e infantil, tendo como referência o pactuado pelo Ministério da Saúde.	17,04	12,41
	Aumentar em 0,05 ao ano a razão de exames citopatológicos para mulheres maiores de 20 anos.	0,41	0,45
	Ampliar percentual de atendimentos aos portadores de doença falciforme.	0,00	0,00
	Ampliar para 12,00% a cobertura de Atenção Básica à população de difícil acesso e privada de liberdade.	8,75	5,49
	Ampliar em 10,00% o acesso, utilização e participação do usuário.	0,00	0,00
	Aumentar o percentual de seguimento / tratamento informado de mulheres com diagnóstico de lesões intraepiteliais de alto grau de colo de útero.	1,96	1,95
	Aumentar o percentual em 5,00% de procedimentos restauradores e cirúrgicos em relação total de procedimentos em saúde bucal na população ribeirinha, de rua, prisional e acamado.	42,50	41,35
	Aumentar em 0,05 ao ano a razão de exames de mamografia para mulheres maiores de 45 anos.	0,29	0,29
	Aumentar em 15,00% a capacidade produtiva do Laboratório Central para a realização de procedimentos de coleta / exames de materiais biológicos.	0,00	0,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Redução das internações por causas sensíveis a Atenção Básica em até 15,00% até 2021.	29,34	28,33
	Oferecer e ampliar os serviços de saúde na Atenção de Média e Alta Complexidade.	100,00	100,00
	Manter o registro de entrada e saída de insumos em 100,00% atualizados até 2021.	90,00	100,00
	Aumentar a proporção de cura de casos novos em 10,00% de tuberculose pulmonar bacilífera e hanseníase até 2021.	82,00	0,00
	Regular 100,00% das consultas médicas especializadas, leitos de internação e exames e diagnósticos para população do SUS.	65,00	67,82
	Ampliar em 10,00% o atendimento ao público masculino até 2021.	0,00	0,00

	Reduzir 5,00% taxa de mortalidade prematura (abaixo dos 70 anos) pelo conjunto das 4 principais doenças crônicas não transmissíveis até 2021.	346,34	227,60
	Reduzir a taxa de morbidade hospitalar por transtornos mentais e comportamentais em 10,00% até 2021.	1,30	1,06
	Reduzir a mortalidade materno, neonatal e infantil, tendo como referência o pactuado pelo Ministério da Saúde.	17,04	12,41
	Aumentar em 0,05 ao ano a razão de exames citopatológicos para mulheres maiores de 20 anos.	0,41	0,45
	Ampliar percentual de atendimentos aos portadores de doença falciforme.	0,00	0,00
	Ampliar para 12,00% a cobertura de Atenção Básica à população de difícil acesso e privada de liberdade.	8,75	5,49
	Ampliar em 10,00% o acesso, utilização e participação do usuário.	0,00	0,00
	Aumentar o percentual de seguimento / tratamento informado de mulheres com diagnóstico de lesões intraepiteliais de alto grau de colo de útero.	1,96	1,95
	Aumentar o percentual em 5,00% de procedimentos restauradores e cirúrgicos em relação total de procedimentos em saúde bucal na população ribeirinha, de rua, prisional e acamado.	42,50	41,35
	Aumentar em 0,05 ao ano a razão de exames de mamografia para mulheres maiores de 45 anos.	0,29	0,29
	Manter em 80,00% o número de pacientes em tratamento que foram diagnosticados com IST/HIV/AIDS/HV.	0,00	0,00
304 - Vigilância Sanitária	Reduzir a mortalidade materno, neonatal e infantil, tendo como referência o pactuado pelo Ministério da Saúde.	17,04	12,41
	Manter as ações de Vigilância Ambiental em até 80,00% através das ações de coleta de amostras de água para exames de coliformes totais, cloro residual e turbidez até 2021.	80,00	144,33
	Manter em 80,00% a cobertura das ações em domicílios por ciclo de dengue.	80,00	75,07
	Reduzir 5,00% taxa de mortalidade prematura (abaixo dos 70 anos) pelo conjunto das 4 principais doenças crônicas não transmissíveis até 2021.	346,34	227,60
	Aumentar a proporção de cura de casos novos em 10,00% de tuberculose pulmonar bacilífera e hanseníase até 2021.	82,00	0,00
	Aumentar a proporção de contatos de casos novos de tuberculose e hanseníase dos examinados em 10,00% até 2021.	48,72	0,00
	Ampliar em 10,00% o acesso, utilização e participação do usuário.	0,00	0,00
	Realizar 02 cadastros anuais e 05 atualizações de empresas que realizam atividades que produzem resíduos contaminantes.	0,00	0,00
	Ampliar a busca de sintomático respiratório em 1,00% da população geral e 2,00% da população indígena até 2021.	0,62	0,37
	Reduzir em 3,00% ao ano o número de acidentes graves relacionados ao trabalho até 2021.	163	95
	Realizar teste rápido de HIV em 90,00% dos casos novos de tuberculose até 2021.	70,00	0,00
	Reduzir em 3,00% ao ano o número de doenças e agravos não transmissíveis, com foco nos casos de acidentes e violências.	1.752	0
	Manter em 80,00% o número de pacientes em tratamento que foram diagnosticados com IST/HIV/AIDS/HV.	0,00	0,00
	Manter 100,00% da equipe mínima do grupo pactuado em Vigilância Sanitária.	100,00	55,00
	Aumentar em 15,00% a capacidade produtiva do Laboratório Central para a realização de procedimentos de coleta / exames de materiais biológicos.	0,00	0,00
	Aumentar para 70,00% a cobertura de vacinal no Calendário Básico de Vacinação.	64,20	75,59
305 - Vigilância Epidemiológica	Ampliar em 10,00% o acesso, utilização e participação do usuário.	0,00	0,00
	Manter em 80,00% o número de pacientes em tratamento que foram diagnosticados com IST/HIV/AIDS/HV.	0,00	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	Ampliar em 10,00% o acesso, utilização e participação do usuário.	0,00	0,00

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos										
Subfunções	Categoria Econômica	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	43.639.000,00	N/A	10.410.500,00	N/A	N/A	N/A	N/A	54.049.500,00
	Capital	N/A	56.000,00	1.000,00	700.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	757.000,00
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	3.780.500,00	8.030.500,00	1.716.500,00	500,00	N/A	N/A	N/A	13.528.000,00
	Capital	N/A	401.500,00	1.610.000,00	650.500,00	1.500.500,00	N/A	N/A	N/A	4.162.500,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	7.487.500,00	27.198.000,00	6.376.500,00	N/A	N/A	N/A	N/A	41.062.000,00
	Capital	N/A	203.000,00	1.088.500,00	956.000,00	4.998.000,00	N/A	N/A	N/A	7.245.500,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	260.000,00	624.500,00	260.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	1.144.500,00
	Capital	N/A	500,00	500,00	6.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	7.000,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	3.668.000,00	1.045.400,00	207.900,00	N/A	N/A	N/A	N/A	4.921.300,00
	Capital	N/A	101.500,00	22.000,00	139.100,00	700.000,00	N/A	N/A	N/A	962.600,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	2.000,00	140.600,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	142.600,00
	Capital	N/A	50.500,00	2.000,00	N/A	200.000,00	N/A	N/A	N/A	252.500,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 14/06/2024.

• Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

Os indicadores da saúde foram avaliados durante todo o ano de 2019 e apresentados em audiência pública quadrimestralmente. Nos quadros acima nada mais se tem do que uma compilação dos resultados vistos ao longo do ano.

Com relação aos Indicadores do PMS 2018-2021, dos 23 indicadores avaliados, 16 apresentaram resultados satisfatórios, enquanto 7 não alcançaram a linha de base preconizada no plano.

Necessário se faz lembrar que este ainda é o apenas o 2º ano do quadriênio de 2018-2021 e que embora alguns indicadores não tenham alcançado a meta estabelecida, foram realizadas diversas ações e serviços em Saúde durante o período anual. Vale salientar, os resultados servirão para planejar as ações da saúde a fim de buscar cada vez mais pela melhora dos serviços oferecidos aos usuários do SUS.

Alcançaram o resultado esperado, os indicadores: 1.2.1 - Internações por causas sensíveis; 1.2.2 - Acompanhamento do Bolsa Família; 1.3.1 - Doença falciforme (avaliado positivamente, mas ainda em estudo no período); 2.1.1 - Exames citopatológicos; 2.1.3 - Exames de mamografia de rastreamento; 5.1.1 - Regulação; 2.2.1 - Mortalidade materno, neonatal e infantil; 3.1.1 - Internação por transtorno mental; 4.1.1 - Mortalidade prematura; 6.3.1 - Amostras de água; 6.3.3 - Acidentes Graves de Trabalho; 6.3.6 - Cobertura Vacinal; 7.1.1 - Insumo da assistência farmacêutica; 8.1.1 - Conselhos gestores; 9.1.1 - Atenção especializada; 10.1.1 - Manutenção e modernização da gestão.

Ficaram abaixo do resultado esperado, os indicadores: 1.1.1 - Cobertura da Atenção Básica; 1.3.2 - Cobertura população difícil acesso e privada de liberdade estudo; 1.3.3 - Procedimentos em saúde bucal; 2.1.2 - Tratamento de lesão de alto grau no colo do útero; 6.1.3 - Busca sintomático respiratório; 6.2.1 - Cobertura dengue; 6.3.5 - Equipe de Vigilância Sanitária.

Não foram avaliados, pois só seriam incluídos a para o exercício de 2020, os indicadores: 4.2.1 - Saúde do homem; 6.1.5 - Tratamento IST/HIV/AIDS/HV; 6.1.6 - Produção LACEN; 6.3.2 - Resíduos contaminantes; 6.3.4 - Acidentes e Violências; 8.1.2 - Satisfação do usuário.

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

N	Indicador	Tipo	Meta ano 2019	Resultado Anual	% alcançada da meta	Unidade de Medida
1	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	U	-	-	0	Número
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	E	80,00	81,82	0	Percentual
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	90,00	95,43	0	Percentual
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	U	75,00	0,00	0	Percentual
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	U	80,00	66,67	0	Percentual
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	80,00	80,00	0	Percentual
7	Número de Casos Autóctones de Malária	E	-	-	0	Número
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	2	4	0	Número
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	U	0	0	0	Número
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	U	90,00	124,33	0	Percentual
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,42	0,45	0	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	U	0,25	0,15	0	Razão
13	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	U	29,74	29,46	0	Percentual
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U	19,00	19,63	0	Percentual
15	Taxa de mortalidade infantil	U	-	-	0	Número
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	2	1	0	Número
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	88,00	84,20	0	Percentual
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	U	56,02	67,16	0	Percentual
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	U	77,33	85,15	0	Percentual
21	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	E	-	-	0	Percentual
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	U	6	3	0	Número
23	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U	100,00	100,00	0	Percentual

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 14/06/2024.

• Análises e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa

Os indicadores da saúde foram avaliados durante todo o ano de 2019 e apresentados em audiência pública quadrimestralmente. No quadro acima nada mais se tem do que uma compilação dos resultados vistos ao longo do ano.

Com relação aos Indicadores de Pactuação Interfederativa, dos 21 indicadores avaliados, 14 apresentaram resultados satisfatórios, enquanto 7 não alcançaram a linha de base preconizada no plano:

Indicador 1 - Mortalidade prematura - Alcançou o esperado para o período (346,15).

Indicador 2 - Óbitos MIF investigados - Alcançou o esperado para o período (81,82).

Indicador 3 - Óbitos com causa básica definida - Alcançou o esperado para o período (95,43).

Indicador 4 - Cobertura vacinal < 2 anos - Resultado abaixo do esperado para o período (0,00).

Indicador 5 - Notificação DCNI - Resultado abaixo do esperado para o período (66,67).

Indicador 6 - Cura hanseníase - Alcançou o esperado para o período (80,00).

Indicador 7 - Casos de malária - Não pactuado (N/A).

Indicador 8 - Sífilis < 1 ano - Resultado abaixo do esperado para o período (4).

Indicador 9 - AIDS < 5 anos - Alcançou o esperado para o período (0).

Indicador 10 - Amostras de água - Alcançou o esperado para o período (124,33).

Indicador 11 - Exame citopatológico - Alcançou o esperado para o período (0,45).

Indicador 12 - Exame de mamografia de rastreamento - Resultado abaixo do esperado para o período (0,15).

Indicador 13 - Parto normal - Alcançou o esperado para o período (29,46).

Indicador 14 - Gravidez na adolescência - Resultado abaixo do esperado para o período (19,63).

Indicador 15 - Mortalidade Infantil < 1 ano - Alcançou o esperado para o período (12,41) / 0 a 6 dias (6,09) / 7 a 27 dias (1,69) / 28 a 364 dias (5 casos).

Indicador 16 - Óbito materno - Alcançou o esperado para o período (1).

Indicador 17 - Cobertura da Atenção Básica - Resultado abaixo do esperado para o período (84,2).

Indicador 18 - Acompanhamento Bolsa Família - Alcançou o esperado para o período (67,16).

Indicador 19 - Cobertura Saúde Bucal - Alcançou o esperado para o período (85,15).

Indicador 20 - Ações de Vigilância Sanitária - Alcançou o esperado para o período (100,00).

Indicador 21 - Matriciamento CAPS - Não Pactuado (N/A).

Indicador 22 - Controle ciclos dengue - Resultado abaixo do esperado para o período (3).

Indicador 23 - Notificação de agravos no trabalho - Alcançou o esperado para o período (100,00).

Embora alguns indicadores não tenham alcançado a meta estabelecida, foram realizadas diversas ações e serviços em Saúde durante o período anual. Vale salientar, os resultados servirão para planejar as ações da saúde a fim de buscar cada vez mais pela melhora dos serviços oferecidos aos usuários do SUS.

9. Execução Orçamentária e Financeira

A disponibilização dos dados do SIOPS, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DESID/SCTIE.

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção									
Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
Atenção Básica									
Corrente	39.706,94	2.908.894,66	11.401.266,17	2.528.534,25	121.727,29	0,00	0,00	0,00	17.000.129,31
Capital	0,00	0,00	1.763.264,96	1.940,00	403.730,72	0,00	0,00	143.240,24	2.312.175,92
Assistência Hospitalar e Ambulatorial									
Corrente	0,00	8.212.487,60	28.772.295,12	12.449.331,71	18.815,24	0,00	0,00	307.120,00	49.760.049,67
Capital	0,00	0,00	726.738,77	128.871,00	3.190.267,98	0,00	0,00	684.370,08	4.730.247,83
Suporte Profilático e Terapêutico									
Corrente	0,00	822.274,82	1.191.180,66	258.397,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.271.852,48
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária									
Corrente	36.394,59	4.383.185,18	1.451.600,59	298.260,28	0,00	0,00	0,00	0,00	6.169.440,64
Capital	0,00	0,00	86.751,00	0,00	1.244.899,20	0,00	0,00	104.099,78	1.435.749,98
Vigilância Epidemiológica									
Corrente	0,00	0,00	239.981,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239.981,95
Capital	0,00	0,00	18.304,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.304,00
Alimentação e Nutrição									
Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções									
Corrente	475.541,70	49.645.018,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.438.315,18	60.558.875,67
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	278.054,09	278.054,09
Total	551.643,23	65.971.861,05	45.651.383,22	15.665.334,24	4.979.440,43	0,00	0,00	11.955.199,37	144.774.861,54

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

2) Dados extraídos do Módulo de controle externo, conforme Art. 39, inc. V, LC 141/2012.

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 04/12/2020.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	11,54 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	69,50 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	18,08 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	49,36 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	30,18 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	53,68 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 1.306,56
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	51,34 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	4,14 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	9,56 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	6,06 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	20,42 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	55,88 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	19,35 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	66.621.000,00	66.621.000,00	73.299.865,93	110,03	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.000.000,00	10.000.000,00	8.539.554,26	85,40	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	4.000.000,00	4.000.000,00	5.066.511,08	126,66	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	24.000.000,00	24.000.000,00	27.041.208,25	112,67	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	22.500.000,00	22.500.000,00	26.647.821,44	118,43	
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	321.000,00	321.000,00	465.049,95	144,88	
Dívida Ativa dos Impostos	4.600.000,00	4.600.000,00	4.259.978,92	92,61	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.200.000,00	1.200.000,00	1.279.742,03	106,65	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	288.350.000,00	288.350.000,00	267.541.695,46	92,78	
Cota-Parte FPM	51.000.000,00	51.000.000,00	46.792.078,92	91,75	
Cota-Parte ITR	10.500.000,00	10.500.000,00	12.098.393,28	115,22	
Cota-Parte IPVA	8.500.000,00	8.500.000,00	8.086.258,71	95,13	
Cota-Parte ICMS	215.000.000,00	215.000.000,00	198.302.240,26	92,23	
Cota-Parte IPI-Exportação	2.750.000,00	2.750.000,00	2.262.724,29	82,28	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	
Outras					
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	354.971.000,00	354.971.000,00	340.841.561,39	96,02	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	68.595.000,00	68.595.000,00	67.955.885,90	99,07	
Provenientes da União	43.244.500,00	43.244.500,00	39.932.766,86	92,34	
Provenientes dos Estados	24.606.500,00	24.606.500,00	27.524.784,20	111,86	
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas do SUS	744.000,00	744.000,00	498.334,84	66,98	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS					
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	68.595.000,00	68.595.000,00	67.955.885,90	99,07	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	114.848.400,00	139.670.274,90	131.395.910,06	4.604.419,66	97,37
Pessoal e Encargos Sociais	59.205.200,00	75.458.460,39	74.329.080,38	2.844,96	98,51
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	55.643.200,00	64.211.814,51	57.066.829,68	4.601.574,70	96,04

DESPESAS DE CAPITAL	13.386.600,00	13.820.618,37	4.333.250,92	4.441.280,90	63,49
Investimentos	13.386.100,00	13.820.618,37	4.333.250,92	4.441.280,90	63,49
Inversões Financeiras	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	128.235.000,00	153.490.893,27		144.774.861,54	94,32

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i) / IV(f+g)]
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPEZA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	85.868.957,67	70.380.925,94	8.422.074,55	54,43
Recursos de Transferências Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	64.818.832,95	57.039.650,73	4.277.066,73	42,35
Recursos de Operações de Crédito	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A	21.050.124,72	13.341.275,21	4.145.007,82	12,08
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	N/A	N/A	N/A	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		78.803.000,49	54,43

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g)-V(h+i))]		N/A		65.971.861,05	
--	--	------------	--	----------------------	--

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = [VI(h+i) / IIIb x 100] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%⁴					19,35
--	--	--	--	--	--------------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h+i)-(15*IIIb)/100]					14.845.626,85
---	--	--	--	--	----------------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2019	623.626,01	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2018	520.721,15	93.316,58	409.908,46	17.496,11	0,00
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.144.347,16	93.316,58	409.908,46	17.496,11	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1º e 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS
---	--	--

	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2019	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (l)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (m)	% [(l+m) / total(l+m)]x100
Atenção Básica	17.690.500,00	20.368.851,91	17.694.071,70	1.618.233,53	13,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	48.307.500,00	59.340.244,24	49.579.115,75	4.911.181,75	37,64
Suporte Profilático e Terapêutico	1.151.500,00	2.284.357,53	2.105.628,66	166.223,82	1,57
Vigilância Sanitária	5.883.900,00	8.301.256,83	6.421.894,88	1.183.295,74	5,25
Vigilância Epidemiológica	395.100,00	686.715,00	209.551,84	48.734,11	0,18
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	54.806.500,00	62.509.467,76	59.718.898,15	1.118.031,61	42,02
Total	128.235.000,00	153.490.893,27		144.774.861,54	100,00

FONTE: SIOPS, Mato Grosso do Sul 27/02/20 11:37:16

1 - Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 - Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

5 - Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

6 - No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(h+i) - (15 \times IIIb)]/100$.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2019 (Fonte: FNS)	Valor Executado
CUSTEIO	10301201520YI - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE	R\$ 7.229,70	0,00
	103012015217U - APOIO À MANUTENÇÃO DOS POLOS DA ACADEMIA DE SAÚDE	R\$ 66.000,00	0,00
	103012015219A - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R\$ 10.225.242,15	11372077,15
	10302201520R4 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA REDE CEGONHA	R\$ 2.493,12	0,00
	1030220152E90 - APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	R\$ 1.000.000,00	0,00
	1030220158585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 27.297.116,93	27134927,52
	10303201520AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R\$ 627.071,99	1027758,36
	10304201520AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 66.483,60	1430397,65

	10305201520AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 1.564.184,62	209551,84
	10306206920QH - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	R\$ 32.000,00	0,00
INVESTIMENTO	1030120158581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	R\$ 271.680,00	1155543,78

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 - Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 - Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

• Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

Com relação as despesas ações e serviços públicos em saúde, até o fim deste período quadrimestral, foram gastos um total de R\$ 144.774.861,54, sendo R\$ 65.971.861,05 provenientes de recursos próprios, R\$ 45.651.383,22 de repasses da União e R\$ 15.665.334,24 do Estado. Além de, R\$ 4.979.440,43 provindos de convênios, R\$ 551.643,23 de recursos ordinários (fonte livre) e R\$ 11.955.199,37 de outros recursos destinados à Saúde.

Foram realizadas despesas de R\$ 17.694.071,70 com a Atenção Básica, R\$ 49.579.115,75 com Assistência Hospitalar e Ambulatorial, R\$ 2.105.628,66 com Suporte Profilático e Terapêutico, R\$ 6.421.894,88 com Vigilância Sanitária, R\$ 209.551,84 com Vigilância Epidemiológica, R\$ 59.718.898,15 com Outras Subfunções (Administração Geral).

De acordo com as informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, do total de R\$ 144.774.861,54 já mencionados, foram liquidados R\$ 74.329.080,38 em despesas de pessoal e encargos sociais, R\$ 57.066.829,68 em outras despesas correntes (custeio) e R\$ 4.333.250,92 em despesas de capital (investimentos).

Quanto aos indicadores financeiros, cabe destacar que, até o momento, a despesa total em saúde sob a responsabilidade do Município, alcançou o valor de R\$ 1.306,56 por habitante e a participação da receita própria aplicada em saúde conforme a LC 141/2012 chegou a 19,35%, o que representa um valor positivo, por estar 4,35% (R\$ 14.845.626,85), acima do limite mínimo constitucional. Com relação as despesas ações e serviços públicos em saúde, até o fim deste período quadrimestral, foram gastos um total de R\$ 144.774.861,54, sendo R\$ 65.971.861,05 provenientes de recursos próprios, R\$ 45.651.383,22 de repasses da União e R\$ 15.665.334,24 do Estado. Além de, R\$ 4.979.440,43 provindos de convênios, R\$ 551.643,23 de recursos ordinários (fonte livre) e R\$ 11.955.199,37 de outros recursos destinados à Saúde.

Foram realizadas despesas de R\$ 17.694.071,70 com a Atenção Básica, R\$ 49.579.115,75 com Assistência Hospitalar e Ambulatorial, R\$ 2.105.628,66 com Suporte Profilático e Terapêutico, R\$ 6.421.894,88 com Vigilância Sanitária, R\$ 209.551,84 com Vigilância Epidemiológica, R\$ 59.718.898,15 com Outras Subfunções (Administração Geral).

De acordo com as informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, do total de R\$ 144.774.861,54 já mencionados, foram liquidados R\$ 74.329.080,38 em despesas de pessoal e encargos sociais, R\$ 57.066.829,68 em outras despesas correntes (custeio) e R\$ 4.333.250,92 em despesas de capital (investimentos).

Quanto aos indicadores financeiros, cabe destacar que, até o momento, a despesa total em saúde sob a responsabilidade do Município, alcançou o valor de R\$ 1.306,56 por habitante e a participação da receita própria aplicada em saúde conforme a LC 141/2012 chegou a 19,35%, o que representa um valor positivo, por estar 4,35% (R\$ 14.845.626,85), acima do limite mínimo constitucional.

Segundo a Gerência Administrativa e Financeira (GAF) da Secretaria Municipal de Saúde os Programas de Trabalho foram agrupados em formato diferenciado do acima especificado. Dos valores transferidos do Fundo Nacional de Saúde para os programas do Município, foi executado um total de R\$ 42.330.256,30.

Em síntese, ainda de acordo com as informações da GAF, foram executados para Custeio, R\$ 11.372.077,15 em programas de trabalho da Atenção Básica à Saúde, R\$ 27.134.927,52 em programas da Média e Alta Complexidade, R\$ 1.027.758,36 em programas da Assistência Farmacêutica, R\$ 1.430.397,65 em programas da Vigilância Sanitária, R\$ 209.551,84 em programas da Vigilância em Saúde, enquanto que para Investimento foram executados R\$ 1.155.543,78 em programas da Saúde.

10. Auditorias

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
25006000526/2019-89	Componente Federal do SNA	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
	Componente Municipal do SNA	-	CLÍNICA DE DIÁLISE RENAL MED SC LTDA	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 14/06/2024.

Outras Auditorias

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Serviço de UTI da Santa Casa de Corumbá	CADASTRAMENTO/CONFERÊNCIA DE LEITOS E EQUIPAMENTO NO SETOR DE UTI - HABILITAÇÃO DE NOVOS LEITOS - RELATÓRIO SISAUD VISITA TÉCNICA NO 24 - Analisar o Serviço de UTI da Santa Casa de Corumbá em razão: Do Ofício no 069/2019-GAB-PRES que solicitou alteração do CNES da Instituição para inclusão dos 10 (dez) leitos existentes na Unidade de Terapia Intensiva - UTI - Tipo II, como SUS; E do Ofício 072/2019-GAB-PRES solicitando o cadastramento de equipamentos disponíveis para a utilização no Setor de UTI.	Concluído
Recomendações	Após análise e visita <i>in loco</i> , concluiu-se que os 10 leitos estão equipados e em funcionamento, porém para atender de forma integral os requisitos da Portaria de Consolidação no 3/GM/MS/2017 faz-se necessário a aquisição de alguns itens. Quanto à documentação do Responsável Técnico médico, enfermeiro e fisioterapeuta há a possibilidade de complementação documental, de acordo com as legislações da ANVISA e CFM. Quanto à habilitação de novos leitos deverá ser solicitado através de expediente oficial e emanado do gabinete da SMS de Corumbá para a área técnica do Ministério da Saúde responsável pela análise do cumprimento dos requisitos, anexando-se a documentação pertinente, cabendo ainda a elaboração de um plano de ação com prazos de cumprimento de irregularidades por parte da Santa Casa de Corumbá, e cronograma de aquisição de materiais ainda não adquiridos pelo Setor de UTI. A Gerência de Gestão e Operação na Saúde deverá cadastrar a proposta de habilitação dos leitos no SAIPS e inserir também a Resolução CIB (reunião de maio/2019) que trata da temática.				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Santa Casa de Corumbá	ANÁLISE DE TAXAS DE CESÁREA E DE EPISIOTOMIA EM PARTOS NORMAIS NA SANTA CASA DE CORUMBÁ - RELATÓRIO SISAUD NO 123 - Em atendimento à solicitação emanada pelo Ministério Público Federal, através do Ofício no 1427/2019/MPF/CRA/MS/MOPJ que solicita informações atualizadas a respeito das taxas de cesárea e taxa de episiotomias na Santa Casa de Corumbá. A atividade realizada teve como foco a produção de partos SUS realizados na Maternidade da Santa Casa de Corumbá. A ação foi efetivada por técnicos do Componente Municipal de Auditoria em Saúde da SMS de Corumbá, com formação em Enfermagem e Administração.	Andamento
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status

-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Transmissão da base de dados da produção mensal da SMS	CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA DA TRANSMISSÃO DE DADOS - Em atendimento à programação de controle, avaliação e auditoria do Componente Municipal do SNA, durante análise da transmissão de informações sobre atendimentos e serviços prestados foi identificada a não transmissão de informações através do instrumento Boletim de Procedimento Ambulatorial Individual (BPA-i) onde foram constatados erros de implementação em software fornecido pelo DATASUS, no registro de CEP e logradouros. Com intuito de solucionar os problemas identificados foi constituída equipe composta por técnicos do Componente Municipal de Auditoria em Saúde e por técnicos do Núcleo de Informação em Saúde (NIS), ambos os setores da Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá.	Concluído
Recomendações	Que as atividades de controle e avaliação da produção também sejam realizadas pelos coordenadores de estabelecimentos e equipes mensalmente a fim de verificação do procedimento realizado, registrado, aprovado e transmitido à base nacional de dados. Durante a análise periódica, os profissionais devem confrontar dados de seus controles pessoais com dados inseridos no Sistema de Informação de Saúde (SIS), próprio (GSEA) ou fornecido pelo DATASUS. Também devem ser analisados dados divulgados pelo Ministério da Saúde através do TABNET.				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Sistema de Informação Ambulatorial; Sistema de Informação Hospitalar; GSEA	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE PARA REGISTRO E GESTÃO DE ENTREVISTAS - Desenvolver aplicação WEB para uso em servidor interno do SMAS com o objetivo de registrar dados obtidos durante entrevistas e possibilitar a celeridade do processo e gestão de armazenamento dos dados.	Andamento
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	SCNES	MONITORAMENTO DO CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE - Atualizar a base nacional do SCNES.	Andamento
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Corumbá - APAE	ANÁLISE QUALITATIVA DO TC Nº 01/2015 (APAE) - VISITA TÉCNICA - Avaliação do Documento Descritivo no tocante ao cumprimento das metas qualitativas previstas no Documento Descritivo do Termo de Contratualização n. 001/2015 que celebram a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Corumbá - APAE - CNES n. 6587100 e o Município de Corumbá/MS. Foram avaliados 16 indicadores nas áreas de: Atenção à Saúde; Humanização do Atendimento; e Gestão.	Andamento
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status

-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Atenção Básica / Unidades de Saúde / ESF	CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA DO MATRICIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE - Diante da proposição de alinhar as ações em atenção básica com conceitos de clínica ampliada e equipe de referência, propostos pelo Ministério da Saúde através do projeto de Humanização do SUS, o Componente Municipal do SNA está realizando visitas às Equipes da Estratégia de Saúde da Família cadastradas no Município de Corumbá. Estão sendo analisados os métodos utilizados na Atenção Básica para realizar Apoio Matricial, verificando a existência de diretrizes e ferramentas que viabilizem o suporte técnico em áreas específicas para as equipes responsáveis pelo desenvolvimento de ações básicas de saúde.	Concluído
---	---	---	--	---	-----------

Recomendações -

Encaminhamentos -

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Secretaria Municipal de Saúde	AUDITORIA Nº 03/2018 - Auditoria Regular no Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá/MS, com o objetivo de verificar se as diretrizes, objetivos, metas e indicadores contidos no Relatório Anual de Gestão de 2017 do município são compatíveis com os descritos no Plano Municipal de Saúde 2014-2017 e na Programação Anual de Saúde - 2017, assim como de outros relatórios fornecidos pelas áreas técnicas. Objetivou ainda, verificar a regularidade na elaboração e aprovação dos instrumentos de gestão e nas prestações de contas.	Concluído

Recomendações Verificar a regularidade, compatibilidade e sistemática da elaboração dos instrumentos de gestão, evidenciando as diretrizes, objetivos, metas e indicadores e, assim como, a veracidade das informações constantes no Relatório Anual de Gestão de 2017, com base nas constatações observadas pelo Componente Municipal do SNA.

Encaminhamentos -

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Ouvidoria da Saúde	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Maternidade / Santa Casa de Corumbá	APURAÇÃO DE DENÚNCIA - RELATÓRIO SISAUD N 124 - Em atendimento a Comunicação Interna nº 315/2018/OMS/SMS, que encaminhou o Espelho de Demanda nº 2829502 emanada pela Ouvidoria da Saúde, solicitando análise e elaboração de parecer, sobre manifestação de Município usuária do serviço da Rede SUS, encaminhada do Centro de Saúde da Mulher para a Maternidade/Santa Casa para realização de procedimento cirúrgico ambulatorial. Alegação de possível cobrança de procedimento na maternidade.	Concluído

Recomendações Criação de fluxo de atendimento e encaminhamento de usuários, conforme as políticas de regulação de acesso. Promover treinamentos/capacitações, identificando os procedimentos que são realizados no Município e os que são encaminhados para tratamento fora (TFD), levando a qualificação do atendimento ofertado em tempo oportuno e ampliação da resolutividade. realizar a afixação permanente de cartazes em locais de fácil visualização e acesso público, inclusive na recepção, salas de espera e até mesmo nos alojamentos conjuntos, com dizeres alertando sobre a ilegalidade de cobrança dos serviços mantidos pelo Sistema Único de Saúde.

Encaminhamentos -

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Serviços de fretamento de aeronave com UTI aérea	ANÁLISE QUANTITATIVA DE LOCOMOÇÃO DE PACIENTE POR UTI AÉREA PARA O TRAJETO CORUMBÁ/CAMPO GRANDE-MS - Com base no levantamento das informações contidas no presente documento observa-se que existe a possibilidade de subregistros de procedimentos realizados, visto que não há alimentação da informação de usuários que estão sendo transferidos via UTI aérea desde a competência outubro de 2018. De forma que, inviabiliza a comprovação com base de dados oficiais da veracidade da informação emanada pela administração da Instituição no que tange aos possíveis gastos elevados com o transporte aéreo.	Concluído

Recomendações Orientamos que seja solicitado junto a Administração da Santa Casa de Corumbá o contrato vigente para a prestação de serviços de fretamento de aeronave com UTI aérea e seus possíveis aditivos; assim como seja solicitada a extração de dados do sistema informatizado utilizado para regular vaga/leito hospitalar para os pacientes transferidos via UTI aérea no período avaliado. Assim como, de imediato, que toda utilização do serviço seja devidamente registrado em BPA - Individualizado.

Encaminhamentos -

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Prestação de contas da Santa Casa de Corumbá	ANÁLISE CONTABIL-FINANCEIRO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS PARA A SANTA CASA DE CORUMBÁ ATRAVES DE ADITIVOS ENTRE OS ANOS DE 2017-2019 - Aferir a destinação dos recursos financeiros direcionados para a utilização na Santa Casa de Corumbá, através de aditivos repassados do Fundo Municipal e Estadual de Saúde para a Instituição entre os anos de 2017 a 2019. Aguardando o envio por parte da Instituição da documentação pertinente.	Andamento
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Atendimento / tratamento de confecção e instalação de prótese dentária	ANÁLISE QUALITATIVA DO SERVIÇO DE PRÓTESE DENTÁRIA, DA SOLICITAÇÃO POR PROFISSIONAL A INSTALAÇÃO NO USUÁRIO - UNIDADES CEO E LRPDL - RELATÓRIO SISAUD N 113 - Em atendimento à programação anual do Componente Municipal do SNA foi realizada, no período de 07 a 21 de março de 2019, pesquisa avaliativa em média complexidade ambulatorial em atendimento / tratamento de confecção e instalação de prótese dentária no Laboratório Regional de Prótese Dentária Leonel - LRPDL, CNPJ n2 02838835882, com inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES/DATASUS/MS sob o número 6621112 e Centro de Especialidades Odontológicas de Corumbá - CEO (CNES n 3733300).	Andamento
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Cirurgias de urgência na especialidade traumatologista bucomaxilofacial	ANÁLISE QUANTITATIVA DE CIRURGIAS NA ESPECIALIDADE TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAL - A atividade teve como escopo a análise quantitativa de procedimentos cirúrgicos de urgência na especialidade traumatologia bucomaxilofacial realizados na Santa Casa de Corumbá. Sendo informado pela Instituição um total de 28 AIH no período.	Concluído
Recomendações	Por não ser identificado um fluxo assistencial na especialidade, de forma que o serviço possa interagir na rede de atenção à saúde de acordo com o que está instituído na RUE da Região de Saúde, foi criado por parte desta auditoria um fluxograma de atendimento.				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Contrato entre SMS e Clínica de diálise RenalMed	PARECER DE AUDITORIA A RESPEITO DA CONTRATAÇÃO DA CLÍNICA DE DIÁLISE RENAL MED - Análise para instrução do processo de despesa no que se refere as quantidades e condições a ser especificado no Contrato por inexigibilidade de licitação da empresa Clínica de Diálise Renal Med SC Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 01739679000106, localizada no município de Corumbá/MS.	Concluído
Recomendações	Não havendo possibilidade de iniciar um novo contrato já com as quantidades máximas possíveis com a projeção de atender até 150 pacientes, foi acrescida a informação do quantitativo de pacientes atendidos no momento, perfazendo um total de 116 pacientes SUS em atendimento na Clínica. Com a finalidade de possibilitar ao Gestor Municipal aferir a possibilidade de contratar o prestador através de sua capacidade máxima instalada ou se preferir contratar com o quantitativo atual e crescer uma margem quantitativa de pacientes, caso haja pacientes novos para o ano de 2020, foi elencado no corpo de texto e através de tabela e gráfico o valor em recursos financeiros que cada paciente "custará".				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status

-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	IST/AIDS - PAM 2017	PARECER DE AUDITORIA Nº 02/2019 - Solicita esclarecimentos a respeito da utilização do Incentivo Financeiro as Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das DST/AIDS e Hepatites Virais, no âmbito municipal do incentivo financeiro de custeio repassados em parcelas mensais e automáticas fundo a fundo para financiar quaisquer ações, incluindo-se o apoio às organizações da sociedade civil, a manutenção de Casas de Apoio para Pessoas Vivendo com HIV/AIDS e a aquisição de fórmula infantil para crianças verticalmente expostas ao HIV.	Concluído
---	---	---	---------------------	--	-----------

Recomendações Todas as despesas inerentes ao estabelecimento de saúde e necessárias à execução das ações e serviços de saúde devidamente classificadas como despesa de Custeio poderão ser alocadas no recurso financeiro específico, neste caso o Incentivo Financeiro de Custeio às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais.

Encaminhamentos -

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
----------------	------------	----------------------------------	------------------	------------	--------

-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Cruzamento de dados do CNS com GSEA - Laboratório Municipal	CRUZAMENTO DE DADOS CADASTRAIS NO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE - CNS E SISTEMA DE BASE LOCAL G-SEA, POSSÍVEIS ALTERAÇÕES EM ESTABELECIMENTO PRÓPRIO - RELATÓRIO SISAUD N 120 - Em atendimento à demanda extraordinária na qual foi identificado no dia 10 de julho de 2019, divergência de informações de cadastros de usuários no sistema de base local (GSEA) em comparação com dados na base nacional do Cartão Nacional de Saúde - CNS. A ação efetivada por técnicos do Componente Municipal de Auditoria em Saúde do Município de Corumbá/MS objetiva identificar o Estabelecimento de Saúde que executa as alterações, o login vinculado ao servidor que acessa o sistema, assim como os dados alterados informando a cronologia da manipulação.	Concluído
---	---	---	---	---	-----------

Recomendações Como forma imediata de bloquear que outros registros sejam alterados indiscriminadamente na conduta de edição das informações, a Gerência de Vigilância em Saúde deverá solicitar ao NIS que bloqueie nos acessos dos servidores do Laboratório Municipal o campo de inclusão/alteração de cadastros. Antes da confecção da AIH, deverá ser rotina da recepção da Instituição conferir os dados cadastrais dos pacientes que serão internados na Instituição. Quanto ao usuário que foi a óbito (J. S.), deverá ser verificado junto ao CRAS II se há um pedido de retirada de documentação em nome do paciente, caso tenha, emitir um no de CNS com o objetivo de que o atendimento realizado possa ser inserido em base de dados, apresentado e transmitido para o Sistema de Informações Hospitalares. Quanto à utilização da ferramenta Word para gerar ficha de atendimento e/ou resultados de exames, esta deverá ser evitada ao máximo. A gravidade das ações praticadas através de login de servidores vinculados ao Laboratório Municipal deverá ser encaminhada para abertura de processo de sindicância.

Encaminhamentos -

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
----------------	------------	----------------------------------	------------------	------------	--------

-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Secretaria Municipal de Saúde	ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇO COMPLEMENTAR DE SAÚDE NA ÁREA DE EXAMES DIAGNÓSTICO E/OU CONSULTAS MÉDICAS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA, PARA ATENDER PACIENTES DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE - Edição da tabela para Credenciamento de procedimentos SUS, atualização de procedimentos e valores unitários. O arquivo foi elaborado com base na publicação anterior da mesma, considerando para análise e consulta os procedimentos e valores de porte e outros identificados na Associação Médica Brasileira - AMB e SIGTAP. Sendo encaminhado para a GGOS e Gabinete para quantificar os procedimentos e para apreciação. Sendo utilizada como legislação base a Lei no 8.666, de 1993 a a Portaria de Consolidação no 01/2017, a Portaria de Consolidação no 06/2017, assim como o Manual de orientação para contratação de serviços de saúde/Ministério da Saúde/2016.	Concluído
---	---	---	-------------------------------	--	-----------

Recomendações Que seja verificado pela Gerencia de Operação na Saúde e Gabinete da SMS se todos os itens necessários constam na planilha encaminhada e quantificar a necessidade individual por item da tabela (procedimento).

Encaminhamentos -

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
----------------	------------	----------------------------------	------------------	------------	--------

-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Cirurgias Ortopédicas na Santa Casa de Corumbá	ANÁLISE TÉCNICA DE CIRURGIAS EM ORTOPEDIA NA SANTA CASA DE CORUMBÁ - RELATÓRIO SISAUD N 127 - Em atendimento à solicitação emanada pelo Ministério Público Federal, através do Ofício 1010/2019/MPF/CRA/MS/GGAMTC, de 02 de maio de 2019, em que solicita deste Componente Municipal do SNA análise técnica e confecção de relatório sobre a regularidade das cirurgias ortopédicas de tratamento cirúrgico em politraumatizado e tratamento em cirurgias múltiplas realizadas na Santa Casa de Corumbá.	Concluído
Recomendações	Recomendada a utilização de códigos mais adequados ao procedimento realizado, de acordo com a descrição cirúrgica e exames complementares anexados ao prontuário de internação. De forma que favoreça qualquer análise posterior quanto ao perfil epidemiológico que possa envolver, por exemplo, acidente de trânsito e acidente de trabalho. Recomendada a utilização de códigos mais adequados ao procedimento realizado, de acordo com a descrição cirúrgica e exames complementares anexados ao prontuário de internação. De forma que favoreça qualquer análise posterior quanto ao perfil epidemiológico que possa envolver, por exemplo, acidente de trânsito e acidente de trabalho. Faz-se necessária uma maior proximidade e acatamento de recomendações dos órgãos de controle, monitoramento e fiscalização, ou pelo menos que alguma conduta mesmo que diversa da sugerida seja adotada, desde que represente fidedignidade de atos praticados e o bom uso dos recursos, não só financeiro, mas como de pessoal.				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Maternidade / Santa Casa de Corumbá	APURAÇÃO DE DENÚNCIA - Análise e elaboração de parecer, sobre manifestação de Município usuária do serviço da Rede SUS, encaminhada do Centro de Saúde da Mulher para a Maternidade/Santa Casa para realização de procedimento cirúrgico ambulatorial. Alegação de possível cobrança de procedimento na maternidade. Aguardando os registros de atendimento a ser fornecido pela Santa Casa.	Andamento
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Sistema de Informação Ambulatorial; Sistema de Informação Hospitalar; GSEA	ANÁLISE DAS DIFERENTES BASES DE DADOS DISPONÍVEIS E SEGMENTAÇÃO DE DADOS PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO - Obter e analisar layouts, dicionários de dados, arquivos e bases de dados dos sistemas através de modelagens e segmentação de dados com intuito de organizar conteúdo auxiliar para realização de atividades desenvolvidas pelo SMAS.	Andamento
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				
Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Santa Casa de Corumbá	PARECER DE AUDITORIA Nº 001/2019 - Análise para inclusão/alteração de considerações no Termo de Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços complementares da saúde e anexos para a prestação de serviços complementares de saúde.	Concluído
Recomendações	Atentar para 03 requisitos a ser elucidado para andamento do credenciamento, sendo eles: 1) a contratação de todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições fixadas pela Administração, não havendo relação de exclusão; 2) a garantia da igualdade de condições entre todos os interessados hábeis a contratar com a Administração, pelo preço por ela definido; 3) a demonstração inequívoca de que as necessidades da Administração somente poderá ser atendidas dessa forma, cabendo a devida observância das exigências do art. 26 da Lei 8.666/93 (principalmente sobre a justificativa de preços). Alterar a informação contida na alínea "e" da cláusula 3.1, pois há que se considerar a possibilidade de contratação de entidades sem fins lucrativos e que como tal, poderão escolher em atender a Administração na sua necessidade de procedimento e nos valores praticados pela Tabela SUS. Constar apuração da estimativa dos valores que serão gastos pela Administração nos próximos 12 (doze) meses. Acrescer as informações: EXAMES DE IMAGEM E/OU LABORATORIAIS, PROCEDIMENTOS CIRURGICOS E CONSULTAS MÉDICA NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA no ANEXO IV da declaração de aceitação dos preços da tabela SUS ou Tabela Municipal.				
Encaminhamentos	-				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Ministério Público Federal	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Santa Casa de Corumbá / Secretaria Municipal de Saúde	CAPACITAÇÃO SOBRE AUDITORIA E CONTROLE SOCIAL NA ANÁLISE DOS INDICADORES CONTRATUALIZADOS DA SANTA CASA DE CORUMBÁ - Em atendimento ao Ofício no 0714/2019/MPF/CRA/MS/MOPJ, em que solicita deste Componente Municipal de Auditoria em Saúde a realização de uma capacitação direcionada ao Conselho Municipal de Saúde - CMS sobre os indicadores, metas e recursos financeiros recebidos, tendo como base o Termo de Contratualização no 001/2019 que entre si celebram o Município de Corumbá/MS, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Associação Beneficente de Corumbá (ABC), com interveniência do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Saúde (SES).	Concluído
Recomendações	Que as atividades de capacitação e/ou treinamento possam ser realizadas rotineiramente e com temas de interesse para o controle social para que tenham cada vez mais indivíduos com conhecimento e habilidade nas atividades a ser realizadas e exercer um efetivo controle e monitoramento no âmbito do SUS.				
Encaminhamentos	-				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditoria	Unidade Auditada	Finalidade	Status
-	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Componente Municipal do Serviço Nacional de Auditoria (SNA)	Acesso ao Prontuário	APURAÇÃO DE DENÚNCIA - Análise e elaboração de parecer, sobre manifestação de Município usuário da Rede de Urgência e Emergência que necessitava de dados de seu prontuário não fornecido pela Rede.	Concluído
Recomendações	Garantir o acesso do usuário aos dados de prontuário quando solicitado. Atentar-se para a solicitação ser do próprio usuário, herdeiros necessários ou representante legal.				
Encaminhamentos	-				

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 14/06/2024.

• Análises e Considerações sobre Auditorias

Com o objetivo de avaliar os serviços ofertados pelo SUS em Corumbá, conforme o histórico acima, o SMA se mostrou bastante ativo, realizando atividades de auditoria regulares e conforme a demanda.

Atividades de Auditoria realizadas:

- ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇO COMPLEMENTAR DE SAÚDE NA ÁREA DE EXAMES DIAGNÓSTICO E/OU CONSULTAS MÉDICAS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA, PARA ATENDER PACIENTES DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE (atividade registrada no 1º quadrimestre);
- APURAÇÃO DE DENÚNCIA - acesso ao prontuário (atividade registrada no 1º quadrimestre);
- PARECER DE AUDITORIA Nº 001/2019 (atividade registrada no 1º quadrimestre);
- AUDITORIA Nº 03/2018 (atividade registrada no 1º quadrimestre);
- PARECER DE AUDITORIA Nº 02/2019 (atividade registrada no 1º quadrimestre);
- CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA DA TRANSMISSÃO DE DADOS (atividade registrada no 1º quadrimestre);
- CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA DO MATRICIAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE (atividade registrada no 1º quadrimestre);
- APURAÇÃO DE DENÚNCIA - maternidade (atividade registrada no 1º quadrimestre);
- CAPACITAÇÃO SOBRE AUDITORIA E CONTROLE SOCIAL NA ANÁLISE DOS INDICADORES CONTRATUALIZADOS DA SANTA CASA DE CORUMBÁ (atividade registrada nos 1º e 2º quadrimestres);
- ANÁLISE QUALITATIVA DO TC Nº 01/2015 (APAE) - VISITA TÉCNICA (atividade registrada nos 1º, 2º e 3º quadrimestres);
- ANÁLISE QUALITATIVA DO TC Nº 01/2017 (SANTA CASA) - VISITA TÉCNICA (atividade registrada nos 1º, 2º e 3º quadrimestres);
- ANÁLISE DAS DIFERENTES BASES DE DADOS DISPONÍVEIS E SEGMENTAÇÃO DE DADOS PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO (atividade registrada nos 1º, 2º e 3º quadrimestres);
- ANÁLISE QUALITATIVA DO SERVIÇO DE PRÓTESE DENTÁRIA, DA SOLICITAÇÃO POR PROFISSIONAL A INSTALAÇÃO NO USUÁRIO - UNIDADES CEO E LRPDL - RELATÓRIO SISAUD N 113 (atividade registrada nos 1º, 2º e 3º quadrimestres);
- CADASTRAMENTO/CONFERÊNCIA DE LEITOS E EQUIPAMENTO NO SETOR DE UTI - HABILITAÇÃO DE NOVOS LEITOS - RELATÓRIO SISAUD VISITA TÉCNICA NO 24 (atividade registrada no 2º quadrimestre);
- CRUZAMENTO DE DADOS CADASTRAIS NO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE - CNS E SISTEMA DE BASE LOCAL G-SEA, POSSÍVEIS ALTERAÇÕES EM ESTABELECIMENTO PRÓPRIO - RELATÓRIO SISAUD N 120 (atividade registrada no 2º quadrimestre);
- ANÁLISE DE TAXAS DE CESÁREA E DE EPISIOTOMIA EM PARTOS NORMAIS NA SANTA CASA DE CORUMBÁ - RELATÓRIO SISAUD NO 123 (atividade registrada no 2º quadrimestre);
- ANÁLISE TÉCNICA DE CIRURGIAS EM ORTOPEDIA NA SANTA CASA DE CORUMBÁ - RELATÓRIO SISAUD N 127 (atividade registrada nos 2º e 3º quadrimestres);
- APURAÇÃO DE DENÚNCIA - RELATÓRIO SISAUD N 124 (atividade registrada nos 2º e 3º quadrimestres);
- DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE PARA REGISTRO E GESTÃO DE ENTREVISTAS (atividade registrada nos 2º e 3º quadrimestres);

quadrimestres);

- MONITORAMENTO DO CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE (atividade registrada nos 2º e 3º quadrimestres);
- ANÁLISE QUANTITATIVA DE LOCOMOÇÃO DE PACIENTE POR UTI AÉREA PARA O TRAJETO CORUMBÁ/CAMPO GRANDE-MS (atividade registrada no 3º quadrimestre);
- PARECER DE AUDITORIA A RESPEITO DA CONTRATAÇÃO DA CLÍNICA DE DIÁLISE RENAL MED (atividade registrada no 3º quadrimestre);
- ANÁLISE CONTABIL-FINANCEIRO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS PARA A SANTA CASA DE CORUMBÁ ATRAVES DE ADITIVOS ENTRE OS ANOS DE 2017-2019 (atividade registrada no 3º quadrimestre);
- ANÁLISE QUANTITATIVA DE CIRURGIAS NA ESPECIALIDADE TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAL (atividade registrada no 3º quadrimestre).

11. Análises e Considerações Gerais

Em atendimento à Portaria nº 2.135, de 25 de setembro de 2013, este Relatório de Gestão referente ao ano de 2019 (RAG 2019) objetivou apresentar de forma sistemática os resultados alcançados com a execução da PAS 2019.

Atualmente, o sistema tem apresentado algumas inconsistências, que ocasionalmente, impossibilitam a finalização dos instrumentos de planejamento no tempo hábil e em consonância à previsão legal, conforme explica a Nota Técnica nº 2/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, que orienta àqueles que não estão conseguindo registrar suas informações no sistema, a encaminhar os seus relatórios, ainda que por outros meios, quando for o caso, em observância as normas vigentes, em especial, o RAG, aos respectivos conselhos de saúde até a data de 30 de março de 2020, deixando claro que assim que sanadas as inconsistências, os gestores deverão acessar a plataforma para registro de todas as informações relativas aos instrumentos de planejamento no DigiSUS.

A fim de viabilizar o cumprimento dos prazos, este RAG foi produzido manualmente e para encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde e apresentação posterior (em observância a legislação referente ao enfrentamento da situação de emergência provocada pela pandemia do Coronavírus COVID-19).

Considerando as análises dos dados apresentados neste relatório, os resultados apresentados acalçaram, em sua maioria, um patamar positivo destacando-se aspectos:

- A atuação CMS junto à Secretaria, principalmente quanto a realização da 8ª Conferência Municipal de Saúde e na adequação / readequação do PMS e da PAS, para efetivo cumprimento da legislação vigente, além da concretização dos Conselhos locais de saúde;
- O SMA que se demonstrou bastante ativo como fiscalizador dos serviços de saúde Município;
- Os dados de morbimortalidade que apresentaram melhora nos quadros referentes a DCNT e maternidade;
- As metas propostas foram no mínimo parcialmente executadas, inexistindo metas não executadas;
- A maioria dos indicadores, tanto da Pactuação Interfederativa, quanto do PMS 2018-2021, alcançaram os valores pactuados;
- Quanto às receitas, embora tenham havido algumas dificuldades no que tange à arrecadação, especialmente das oriundas do ente público estadual, não houve grandes alterações na execução das despesas previstas no planejamento.

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

Com base na análise dos dados presentes nos itens anteriores pelo gestor e após questões levantadas pelo CMS, a gestão achou por bem considerar e executar no próximo exercício as recomendações a seguir:

- Dar continuidade em 2020 aos serviços de saúde, inclusive executando as propostas aprovadas na 8ª Conferência Municipal de Saúde que se consolidaram, com apoio do Conselho Municipal de Saúde, nos instrumentos de planejamento destinando os recursos pertinentes, para que seja mantida a qualidade dos serviços prestados;
- Manter as ações referentes à Promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança, que apresentou evolução ao ano anterior;
- Promover a busca ativa, no que tange à natalidade e ao cumprimento das condições do Programa Bolsa Família;
- Traçar estratégias com o objetivo de aumentar a proporção de vacinas em menores de 2 anos;
- Dar maior observância aos indicadores que apresentaram índices abaixo do pactuado;
- Promover o controle social, dando continuidade às Políticas de Educação Permanente, capacitando profissionais e trazendo informações atualizadas à população.

ROGERIO DOS SANTOS LEITE
Secretário(a) de Saúde
CORUMBÁ/MS, 2019

Parecer do Conselho de Saúde

Identificação

- Considerações:
De Acordo.

Introdução

- Considerações:
De acordo.

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:
De Acordo.

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:
De Acordo.

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:
De acordo.

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:
De acordo.

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:
De Acordo.

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:
De acordo.

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:
De acordo.

Auditorias

- Considerações:
De acordo.

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:

Considerando todo o exposto e com base na documentação constante do processo de verificação do RAG, apensada a este relatório, conclui-se pela expedição de notificação ao Excelentíssimo Prefeito do Município de Corumbá/MS com recomendações para ajustes necessários e atingimento das metas propostas no PPA, consignadas como Plano Municipal de Saúde para o quadriênio 2018-2021, aprovado no Pleno do Conselho Municipal de Saúde, desdobrado neste exercício de 2019, como Programação Anual de Saúde 2019.

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:

- Aprimorar o sistema de informação sobre suprimentos, de forma que seja possível diferenciar especificamente os insumos e medicamentos destinados às unidades gerenciadas pela administração direta e as gerenciadas pelas Organizações Sociais da Saúde;
- Aprimorar o processo de planejamento articulado com os recursos financeiros disponíveis;
- Realizar gestão junto ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Estado da Saúde de Mato Grosso do Sul, para que sejam efetivamente assegurados os recursos necessários para apoiar ações de investimento e custeio de procedimentos de média e alta complexidade, considerando que a responsabilidade do financiamento do SUS é tripartite.

Status do Parecer: Aprovado

CORUMBÁ/MS, 14 de Junho de 2024

Conselho Municipal de Saúde de Corumbá